

Bem-vindo, servidor!

**TRF da Primeira Região
implementa ações que integram os
novos servidores**



GESTÃO

Encontro de gestão administrativa propõe soluções para a 1.ª Região



ESPECIAL

Banco indeniza correntista por clonagem de cartão

Homenagem aos Pais

À testemunha dos primeiros sorrisos, ao espectador das primeiras lágrimas;

Àquele que coloriu o papel, deu sentido ao mundo de criança;

Que ensinou, em ações, o papel de um verdadeiro pai e ajudou a desenhar um futuro promissor;

Ao trabalhador cansado após a jornada diária, herói anônimo, sempre incansável;

Àquele que proveu o pão, alimentou os sonhos diante das frustrações e a esperança em momentos de angústia;

Que soube vestir o corpo frágil e, com graça, vestiu-se do manto sagrado de ilustre educador;

Que abriu mão da arrogância, fechou-se à injustiça e à incompreensão;

E com mãos fortes e afáveis ofereceu carinho e proteção;

A todos os pais que integram esta corte, por sua dedicação como servidor,

a Presidência do TRF da 1.ª Região deseja um

Feliz dia dos Pais!

Desembargador Federal Olindo Menezes
Presidente



Quem não se lembra do treinamento de integração ao qual era submetido logo após a posse nos cargos do TRF, desde a instalação do Tribunal em 1989? Durante uma semana, os novos servidores recebiam orientações sobre a nova rotina de trabalho e conheciam um pouco mais sobre um órgão que estava dando os primeiros passos como instituição para se transformar no que é hoje – um tribunal consolidado e respeitado no cenário jurídico nacional.

De lá pra cá muita coisa mudou, mas a expectativa, o medo do novo, o friozinho na barriga ao encarar uma nova função, continuam os mesmos. Para amenizar o estresse que o começo de uma carreira pode gerar, o Tribunal está investindo em eventos de capacitação, como o curso virtual de ambientação, direcionado aos novos servidores que chegam para reforçar o time da Justiça Federal da Primeira Região. Nesta edição, você vai saber mais sobre o programa de ambientação que a Secretaria de Recursos Humanos preparou para recebê-los após a posse nos quadros da Justiça Federal de primeiro e de segundo grau da Primeira Região, uma estratégia que visa acolher o novo servidor, valorizando-o e informando-o sobre o funcionamento da Justiça Federal.

Você vai também se inteirar da contribuição do TRF na elaboração de novas metas do Judiciário para 2012 e 2013. Pela primeira vez desde 2009, quando as primeiras metas anuais foram estipuladas, as propostas estão nascendo dos próprios tribunais – de todo o Judiciário –, que conhecem como ninguém suas principais necessidades e limitações. Dirigentes da Corte reuniram-se neste mês para discutir e aprovar dez propostas, que se juntarão a outras dezenas, dos demais TRFs, e serão apreciadas pelo CJF e pelo CNJ.

Na matéria especial do mês, decisão da 6.^a Turma, que determina ser obrigação da instituição bancária arcar com danos ocasionados ao correntista, decorrentes de clonagem de cartão de crédito, recebe destaque nesta edição, levando à reflexão o leitor quanto aos cuidados que se deve ter ao fazer uso do cartão. A clonagem de cartões é uma prática comum e exige dos usuários do dinheiro de plástico uma posição mais preventiva.

E mais: durante dois dias de uma intensa troca de experiências, o Tribunal pôde tomar conhecimento das principais dificuldades enfrentadas nas seccionais e também das alternativas de soluções adotadas pelos gestores para minimizar e/ou solucionar tais problemas. Este foi o propósito do Encontro de Gestão Administrativa ocorrido nos dias 16 e 17 de agosto, em Brasília, que contou com a participação dos diretores das secretarias administrativas (Secad) do Tribunal e das seções judiciárias, dirigentes das secretarias de Orçamento (Secor), Controle Interno (Secoi), Tecnologia da Informação (Secin), Bem-Estar Social (Secbe), Judiciária (Secju), Recursos Humanos (Secre) e do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag) do TRF.

A edição de agosto traz, também, cobertura da solenidade de aposição dos retratos dos desembargadores federais recém-empossados, Néviton Guedes e Kassio Marques, e de mais cinco magistrados, ocorrida no Salão Nobre do Tribunal neste mês, completando, assim, o quadro de membros da Corte e a galeria de desembargadores federais e vice-presidente.

Ivani Morais
Chefe da Assessoria de Comunicação Social
Tribunal Regional Federal da Primeira Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

OLINDO MENEZES - Presidente
JOSÉ AMILCAR MACHADO - Vice-Presidente
CÂNDIDO RIBEIRO - Corregedor-Geral

DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO
CATÃO ALVES
ASSUETE MAGALHÃES
JIRAIR ARAM MEGUERIAN
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
TOLENTINO AMARAL
HILTON QUEIROZ
CARLOS MOREIRA ALVES
ITALO MENDES
CARLOS OLAVO
DANIEL PAES RIBEIRO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
SELENE ALMEIDA
FAGUNDES DE DEUS
MARIA DO CARMO CARDOSO
LEOMAR AMORIM
NEUZA ALVES
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
REYNALDO FONSECA
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA SIFUENTES
KÁSSIO MARQUES
NÉVITON GUEDES

Diretor-geral da Secretaria:

Felipe dos Santos Jacinto

Conselho Editorial:

Secretário-geral da Presidência – Joseny Marques Freire
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Moraes (Reg. Prof. DF 2747)
Supervisora da Seção de Produção de Jornal, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672)
Supervisora da Seção de Produção Audiovisual, Etiene Gomes de Carvalho (Reg. Prof. 4165 DF)
Supervisora da Seção de Imprensa, Marília Maciel Costa.

Editora-Chefe

Ivani Moraes

Editora-Executiva

Marcela Correia

Redatores

Chico Camargo (Reg. Prof. DF 7350), Etiene Gomes (Reg. Prof. DF 4165), Euvaldo Pinho, Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672), Márcia Murça Barroso, Martha Hormann, Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026) e Sônia Martins

Estagiários

Bruno Bandeira, Fernanda Medeiros, Jaqueline Mendes, Paula Oda e Raissa Capibaribe

Colaboração

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1ª Região

Revisão

Márcia Murça Barroso

Editoração

Jordânia J. Alves e Sérgio Farage

Fotos

Euvaldo Pinho, Luiz Xavier, Mauro Putini, Ramon Pereira, Saulo Cruz e Secos da 1ª Região

Fotolitos

Empresa Ryobi Gráfica e Editora

Impressão

Gráfica do TRF da 1ª Região

Tiragem

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1.ª Região

Contato

primeiraregioemrevista@trf1.jus.br

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70095-900
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom@trf1.jus.br



10 | Capa

Curso virtual e guia de boas-vindas preparam novos servidores para ambiente de trabalho

Acesse www.trf1.jus.br



Portal do TRF1

Portal do TRF1



e-Cint

Sistema de Citação e Intimação Eletrônica



Consulta Processual

Consulta processual da Primeira Região



e-Proc

Sistema de Peticionamento Eletrônico

Acesse



RAMON PEREIRA

34 | Painel

Centro Nacional de Cultura do Piauí instala núcleo de conciliação



EUVALDO PINHO

62 | Por aí

Atol das Rocas: santuário de beleza e preservação das espécies



INTERNET

70 | Saúde

Enxaqueca: a dor aliviada pelo Botox

6 Entrevista

Márcio Cruz, secretário de tecnologia da informação do TRF, avalia os resultados apontados no relatório de governança em TI elaborado pelo Tribunal de Contas da União

32 Posse

Tourinho Neto é empossado conselheiro do CNJ

46 Educação Financeira

Programa Vida Legal lança curso de Educação Financeira para servidores

54 Panorama Primeira Região

Fique por dentro dos principais fatos das Seções e Subseções Judiciárias

68 Artigo

Cada líder tem o subordinado que merece

Por Denize Athayde Dutra – consultora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

66 Comportamento

Competitividade gera motivação ou insatisfação?

Por Shirley Pontes



O TCU tem realizado pesquisa para dimensionar o grau de maturidade da Administração Pública Federal em governança de tecnologia da informação (TI). Sobre o assunto, Marcio Cruz, responsável pela coordenação da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF/ 1.ª Região e das 14 seções judiciárias vinculadas, conta sobre as conquistas e desafios que serão enfrentados.

IVANI MORAIS E MARCELA CORREIA

Nos últimos cinco anos, o Tribunal de Contas da União (TCU) tem coletado dados sobre a aplicação da tecnologia da informação (TI) em órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF) para averiguar o desempenho das instituições no quesito Governança de TI. Depois de analisados, os dados são compilados, e os resultados geram relatório específico a cada órgão participante, com recomendações e informações para o planejamento institucional do uso e gestão de TI. A última pesquisa envolveu 265 instituições, entre elas o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região.

Para apresentar um cenário fiel da governança de TI nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal e permitir que as instituições comparem sua atuação com o desempenho médio das instituições congêneres no mesmo segmento de negócio, o TCU promoveu, em agosto deste ano, um seminário sobre o “Papel da Alta Administração na Governança de TI”. O TRF da 1.ª Região participou ativamente do evento com a presença de representantes das secretarias geral e de administração e do secretário de tecnologia da informação, Marcio Cruz.

O TCU já elaborou dois relatórios sobre o tema (2007 e 2010). Em ambos, o TRF da 1.ª Região apareceu no estágio inicial do processo em uma escala que ainda conta com os níveis intermediário e aprimorado. Responsável pela coordenação do desenvolvimento de sistemas, projetos básicos de TI e administração dos bancos de dados do TRF da 1.ª Região, Marcio Cruz garante que o Tribunal está aprimorando sua gestão em tecnologia da informação, mas reconhece que ainda há muito a ser feito.

Uma das constatações feita pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin) do TRF da 1.ª Região, com base no relatório apresentado durante o evento promovido pelo TCU, foi o alto índice de dependência da força de trabalho terceirizada em tecnologia da informação, o que torna o ambiente de TI do tribunal vulnerável.

Você acompanha, nas próximas páginas, a entrevista com o diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin), Marcio Cruz.

No dia 4 de agosto, representantes de órgãos e entidades da Administração Pública Federal participaram do evento “Papel da Alta Administração na Governança de TI”, realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O TRF/ 1.ª Região foi representado, na ocasião, pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin), pela Secretaria-Geral e pela Secretaria de Administração. Do que tratou esse evento e qual foi seu objetivo?

No decorrer dos últimos cinco anos, o Tribunal de Contas da União (TCU) vem colhendo dados relacionados à tecnologia da informação (TI) de órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF) com o objetivo de determinar o grau de maturidade da APF em governança de TI. Para isso, o TCU criou uma metodologia que permite cruzar os dados informados pelos órgãos e entidades a fim de determinar o índice de governança de TI em cada estrutura da APF, além de fazer comparações entre os vários segmentos da administração. O evento serviu para apresentar à alta administração os resultados obtidos ao longo desses anos e, principalmente, reforçar a necessidade da participação dela na governança de TI, por ser uma ação inerente a sua condição na estrutura organizacional.

Na ocasião, cada órgão participante, inclusive o TRF, recebeu o relatório de “Levantamento de Governança de TI 2010” particularizado, elaborado pelo TCU. O que foi apontado neste documento para o Tribunal?

São três os estágios de governança de TI apresentados pelo TCU, inicial, intermediário e aprimorado, sendo que o Tribunal está inserido no primeiro, com o Índice de Governança de TI (iGovTI) calculado em 0,34, numa escala que vai até 0,79, ou seja, temos muito caminho a percorrer.

O primeiro levantamento em governança de TI foi realizado em 2007, e o segundo, em 2010. Qual foi o desempenho do TRF, já que participou de ambos?

Em ambos os anos o Tribunal foi inserido no estágio inicial de governança de TI. Contudo, é importante frisar que algumas conquistas foram obtidas em 2010, se comparadas a 2007. São elas: adoção de processo formal na contratação de bens e serviços de TI; aprovação e publicação do

Planejamento Estratégico Institucional (PEI); e aprovação, pelo comitê de secretários de TI da Justiça Federal, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) – falta ser apreciado pelos presidentes dos tribunais regionais federais e do CJF.

O relatório apontou alguma área específica em que a Tecnologia da Informação aplicada ao Tribunal deve ser priorizada, ajustada ou melhorada?

O relatório faz um comparativo entre todos os segmentos de governo e entre áreas afins, razão pela qual é possível deduzir que determinado assunto requer maior atenção da alta administração ou dos gestores de TI. Nesta linha, destaco o índice de dependência de terceiros da força de trabalho em TI (IDTF) obtido pela Primeira Região, onde o valor ficou em 0,79, o que significa dizer que, para cada 100 profissionais de TI da Primeira Região, 79 são terceirizados, e apenas 21 têm vínculo com a APF, o que indubitavelmente torna o ambiente de TI vulnerável, pois a rotatividade dos terceirizados é constante.

Os resultados da avaliação alcançam também as seções judiciárias e subseções judiciárias da Primeira Região?

Os dados enviados ao TCU pela Secin dizem respeito à Primeira Região, ou seja, foram consolidados e incluem as seções e subseções judiciárias, conforme orientação do órgão de controle. Sendo assim, não é possível fazer uma avaliação por seção ou subseção.

Recentemente, hackers invadiram sites de órgãos oficiais, como o da Presidência da República, expondo a fragilidade na segurança de dados e sistemas de informação daquela casa. O tema tornou-se alvo de preocupação para o Governo Federal. Essa questão da segurança da informação foi apontada no relatório do TRF?

O tema realmente está em voga na Administração Pública Federal e foi tema do relatório. No caso do Tribunal, existe um comitê com responsáveis indicados para disciplinar o

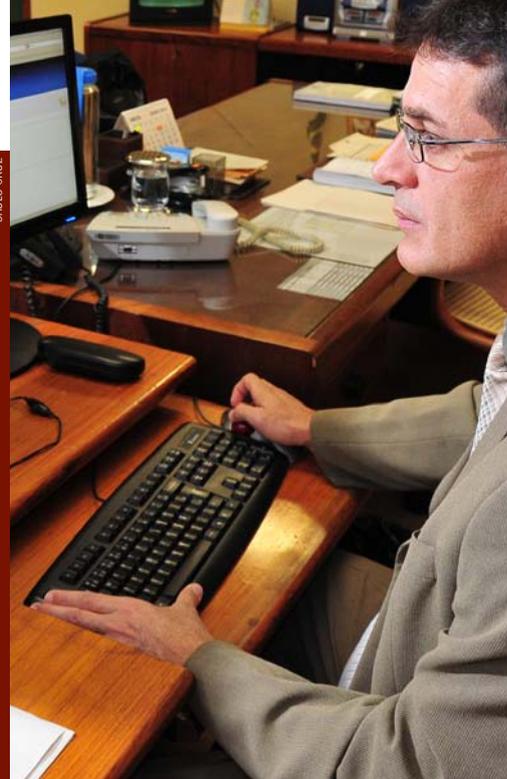
assunto, porém não foi instituída uma política corporativa de segurança da informação, a qual deve ser criada pelo comitê. Apenas 34% das instituições da APF têm instituída uma política corporativa de segurança da informação.

Planejamento estratégico é um dos temas mais discutidos no cenário atual da Administração Pública e foi apontado no relatório. Como o TRF foi avaliado nesse quesito?

O Tribunal instituiu em 2009 o planejamento estratégico institucional (PEI). No segmento Poder Judiciário, apenas 38% dos tribunais têm o PEI instituído; se a comparação for ampliada para os órgãos da APF, esse percentual é reduzido para 26% das instituições. Diante destes dados, acredito que o Tribunal está muito bem situado.

O grande gargalo do TRF é o quadro reduzido de pessoal, especialmente na área de TI. O relatório aponta alguma solução para a questão?

O objetivo prioritário do relatório é fornecer às instituições que preencheram os questionamentos informações relevantes sobre o uso da gestão de tecnologia da informação. Neste sentido, não há indicação de solução do problema. Entretanto, destaco que a resolução 90 de 2009 do Conselho Nacional de Justiça criou critérios objetivos para dimensionar o quadro de profissionais de TI no âmbito do Poder Judiciário, cabendo à Primeira Região, atualmente, o total de 545 profissionais. O objetivo prioritário do relatório é fornecer às instituições que preencheram os questionamentos informações relevantes sobre o uso da gestão de tecnologia da informação. Neste sentido, não há indicação de solução do problema. Entretanto, destaco que a resolução 90 de 2009 do Conselho Nacional de Justiça criou critérios objetivos para dimensionar o quadro de profissionais de TI no âmbito do Poder Judiciário, cabendo à Primeira Região, atualmente, o total de 545 profissionais. A resolução foi editada pelo CNJ em 29 de setembro de 2009, sendo que até o momento não houve acréscimo de sequer um profissional na TI da Primeira Região, apesar de existir no CJF um processo administrativo que trata desse tema, beneficiando as cinco regiões federais. O presidente



Em planejamento estratégico o tribunal está muito bem situado



do TRF/ 1.ª Região, Olindo Menezes, tem se empenhado muito para conseguir que o processo seja enviado ao Congresso Nacional, porém sem êxito ainda. Parte dos 545 profissionais será lotada no Tribunal, algo em torno de 200, pois concentra toda parte de desenvolvimento de sistemas, especificação de projetos básicos de TI, administração dos bancos de dados, gerência da rede de dados, gerência dos e-mails individuais e corporativos, etc. Os 345 restantes serão distribuídos nas seções judiciárias.

Como o Tribunal pretende avançar em relação aos pontos mais críticos levantados no relatório?

Os pontos críticos serão analisados pela TI em conjunto com a alta administração, oportunidade na qual será possível priorizá-los, bem como indicar o caminho mais adequado para superá-los.

De que forma eventos desse tipo colaboram para a melhoria das áreas de TI?

As informações são importantes porque servem de insumos na definição de objetivos, além de serem utilizadas para o amadurecimento da gestão. ■

Ambientação à Justiça Federal da 1.^a Região

CURSO VIRTUAL E GUIA DE
BOAS-VINDAS PREPARAM
NOVOS SERVIDORES PARA
AMBIENTE DE TRABALHO

STOCK.XCHING

Qualquer pessoa que chega a um novo local de trabalho sente-se um pouco perdida nos primeiros dias. Além de não saber exatamente quais são suas atribuições, muitas vezes não sabe também o que faz o setor em que foi ou será lotada. Ela ainda pode sentir-se confusa quanto às demais unidades do órgão ou aos lugares a que deve se dirigir para fazer seu crachá, inscrever-se no plano de saúde e resolver outras pequenas pendências.

Na verdade, nada melhor que o tempo para que o novo servidor se sinta ambientado no órgão. Entretanto, esse tempo pode ser muito longo e, enquanto ele passa, o indivíduo fica no desconforto típico de quem ainda está se situando.

Para diminuir o mal-estar que a incerteza da novidade pode causar, o TRF/ 1.ª Região, desde sua instalação, há 22 anos, agrupava os novos servidores e promovia um treinamento de integração, com duração de uma semana. Entretanto, “a extensa dimensão geográfica da Primeira Região, junto com o fato de haver diminuído muito a quantidade de posses e mesmo a periodicidade dessas posses, a capacitação presencial tornou-se onerosa e muito difícil de ser realizada”, explica Vera Mendes, supervisora da Seção de Apoio à Universidade Corporativa – Unicorp (Seuni/Direh).

Por isso, em julho deste ano, a Secretaria de Recursos Humanos, por iniciativa da Seção de Recrutamento, Seleção e Colocação de Pessoal (Sesel) e da Unicorp, instituiu o “Curso de Ambientação”, disponível a todos os servidores novos do Tribunal e das seções e subseções judiciárias da Primeira Região, por meio da plataforma de Educação a Distância (EAD). “Cada pessoa faz o treinamento no seu próprio ritmo, antes mesmo da lotação. Outra vantagem é que não é preciso esperar a formação de um grupo para realizar o curso”, conta a diretora da Secretaria de Recursos Humanos, Ruth Vaz. Para ela, a participação no curso reflete até na motivação do novo servidor, que terá a oportunidade de conhecer melhor a Primeira Região, bem como seus direitos e deveres. A diretora não se esquece de mencionar também que a novidade traz ainda redução de custos para o Tribunal.



Diretora da Secretaria de Recursos Humanos, Ruth Vaz

O curso é composto por cinco módulos e, num primeiro momento, foi oferecido a 286 servidores. Os temas tratados são “Conhecendo a Justiça Federal da 1.ª Região”, “Desenvolvimento e Valorização do Servidor”, “Informatização na Justiça Federal da 1.ª Região e Divulgação Institucional”, “Postura do Servidor” e “Remuneração e Benefícios Sociais”.

No caso dos novos agentes de segurança, há ainda uma parte específica, que trata da postura profissional, segurança de autoridades nas diversas situações do cotidiano e formas de escolta. Essa parte será oferecida aos que forem lotados a partir de novembro, quando for homologado o último concurso realizado neste ano.

Thomaz Américo da Silva Neto, da Seção Judiciária do Distrito Federal, tomou posse em abril de 2011 e foi um dos primeiros participantes do treinamento em ambiente virtual. “O curso de ambientação permitiu uma visão mais global da Instituição, porque explicitou a importância de cada órgão e de seus servidores para a prestação de um serviço público eficiente”. Para ele, o aprendizado também



GUIA DE BOAS-VINDAS



Os pôlderes que compõem o guia do TRF/ 1.^a Região apresentam:

- O Coral Habeas Cantus, “que objetiva promover a integração entre os servidores por meio da motivação e humanização do ambiente de trabalho”, atualmente considerado um importante coro da cidade.
- O GEFI, “sistema de gerenciamento eletrônico de documentos que automatiza a utilização dos formulários de uso mais frequente”.
- O restaurante do Tribunal, que é frequentado por magistrados e servidores.
- A associação dos servidores, a Assejufe, que inclui o clube e o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (SINDJUS).
- O berçário do Programa de Desenvolvimento Materno-Infantil, destinado a desembargadoras federais e servidoras do Tribunal, com a finalidade de incentivar e possibilitar a amamentação e a integração mãe-bebê.
- O Programa Justiça Sustentável, que busca tornar as ações gerenciais condizentes com os princípios da sustentabilidade.
- A Biblioteca, com mais de 22.000 livros e periódicos, e o Espaço Cultural, destinado a exposições de quadros, esculturas, lançamentos de livros e publicações.
- Um mapa estratégico da Justiça Federal da 1.^a Região no seu contexto social.
- A composição do Tribunal.

Além dos pôlderes, o guia traz um livretinho com informações úteis ao servidor novato, e destaca, por exemplo, observações sobre os trajes a serem usados no ambiente de trabalho:

“Considera-se inconveniente o uso de peças sumárias, tais como bermudas, *shorts*, camisetas masculinas sem manga, vestuário de comprimento curto ou que exponha a região abdominal, calças rasgadas ou colantes (de *lycra*, *cotton-lycra* ou similares), por serem incompatíveis com o ambiente de trabalho.”

No folheto também se encontram dicas sobre direitos estabelecidos na Lei 8.112/91, tais como férias, inclusão de dependentes para efeito de pensão por morte, abatimento de imposto de renda, aposentadoria, abono de permanência e outros. Há ainda informações sobre o plano de saúde, o Pro-Social, e demais benefícios instituídos na Primeira Região, como o auxílio-creche.

possibilitou maior conhecimento acerca das atribuições exercidas, e o fez sentir mais seguro para os primeiros passos no desempenho de suas funções.

Por outro lado, para levar a Justiça Federal ao interior do País, a Lei 12.011/09 determinou a criação de 230 varas para o Poder Judiciário, destinando 94 delas – entre as quais novos juizados especiais federais (JEFs) – à Justiça Federal da Primeira Região, a serem instaladas até 2014. O Conselho da Justiça Federal determinou a implantação, só em 2011, de 19 unidades. Em cada nova vara são nomeados e empossados 20 novos servidores e, em cada juizado especial, 14, o que já corresponde neste ano, até o mês de agosto, a um total de 300 pessoas que ingressaram na Justiça Federal da Primeira Região.

Elaine Cabral Sadi tomou posse no cargo de técnico judiciário na vara recém-inaugurada em Montes Claros, no interior de Minas Gerais, e conta: “Me senti verdadeiramente valorizada e acolhida quando fiz o curso de Ambientação”. Segundo ela, foi muito útil, porque a Justiça Federal é muito grande, e a experiência possibilitou entender melhor seu funcionamento.

Boas-vindas – em uma ação paralela ao Curso de Ambientação, foi criada, pela Sesel, o “Guia de boas-vindas da Primeira Região”. A supervisora do setor, Ana Gabriela Moreira, explica que “a ideia do guia é fornecer informações sobre a Justiça Federal da 1.ª Região, com o intuito de facilitar a inserção e a integração dos servidores recém-empossados no seu novo ambiente de trabalho”.

O material é composto de duas partes. A primeira, um livreto que aborda aspectos gerais sobre o TRF da 1.ª Região e seccionais, como histórico, competências, símbolos oficiais, mapas, normas de funcionamento, de-

envolvimento e valorização de servidores, direitos e deveres, proibições, informática, divulgação institucional, etiqueta profissional, entre outros. A segunda é composta por fôlderes com informações específicas de cada seção e subseção judiciária, ficando cada uma delas responsável pela criação de material próprio, devido às particularidades de atuação e funcionamento. Na prática, por exemplo, a Seção Judiciária do Distrito Federal distribuirá aos seus novos servidores fôlderes com informações diferentes das que constarão no material distribuído pela Seção Judiciária de Minas Gerais.

Igor Mickelley, que tomou posse no Tribunal neste ano como analista judiciário, conta que, antes da posse, quando foi entrevistado pela psicóloga do órgão para a indicação da lotação, recebeu o Guia de Boas-Vindas, “muito útil, porque o Tribunal é muito grande e o guia traz informações sobre direitos e deveres do servidor, orientação sobre aonde se dirigir para fazer o crachá e a identidade funcional e outras coisas que ajudam o servidor novo a se situar”. Depois da posse, Igor fez o Curso de Ambientação, que achou interessante, especialmente porque “foge à formalidade da sala de aula e dá uma certa liberdade de adequação do tempo de cada um”. Além disso, afirma que o curso focaliza bem as necessidades de quem está tomando posse.

No Tribunal, exemplares do Guia de Boas-Vindas são distribuídos no momento em que os novos servidores participam dos procedimentos de lotação inicial. Nas seccionais são entregues no momento da posse de cada um. O presidente Olindo Menezes tem entregado os guias pessoalmente aos servidores empossados nas varas recém-inauguradas, desde que o material foi editado. ■



Servidor Igor Mickelley e supervisora da Sesel, Ana Gabriela Moreira

FOTOS: MARCO PULINI

O outro lado da

TRF/ 1.ª REGIÃO CONDENA BANCO A INDENIZAR
CORRENTISTA POR CLONAGEM DE CARTÃO OCORRIDA
DENTRO DA AGÊNCIA

▼ MARTHA HORMANN

Viver no tempo do celular, dos *tablets*, GPS e outras modernidades pode ser fascinante. A comunicação é rápida, e a informação está sempre disponível na internet. É possível fazer amigos, visitar museus, fazer compras e muito mais pela rede mundial de computadores, sem sair de casa.

Quem não se lembra de Os Jetsons, desenho animado que pretendia mostrar a vida no ano 2000? Pois bem, falta muito pouco para que as rotinas das pessoas de hoje sejam iguais às dos personagens do desenho. Não fosse pelos carros espaciais e os robôs, que apareciam na TV, não haveria tanta diferença.

Embora toda essa tecnologia traga agilidade e facilidades no dia a dia do século XXI, existe um outro lado – ela está disponível também para aqueles que têm objetivos pouco nobres. O cartão de crédito, por exemplo, que é outra representação das inovações atuais – o dinheiro plástico –, tem sido alvo de clonagem para uso indevido.

F.A., assistente de negócios de um banco, alerta que não se deve entregar o cartão, por exemplo, a frentistas de posto de gasolina, garçons ou outros profissionais, sem acompanhá-los até a máquina em que o cartão será utilizado, pois, “muitas vezes, essas pessoas dispõem de outro aparelho onde passam o cartão primeiro e que copia todos os dados contidos na tarja magnética do plástico. Só depois

é que cobram a conta. Mas aí, já pegaram os seus dados”. Segundo F.A, a tarja do cartão contém dados da agência, conta-corrente e do próprio correntista. Se eles forem copiados, qualquer um pode utilizá-los para fazer compras pela internet ou até para confeccionar um cartão falso.

Outro golpe bastante comum consiste em instalar nos caixas automáticos um dispositivo que também é capaz de copiar os dados da faixa magnética. Contra este tipo de ação, Flávio sugere: “insira o cartão no local indicado e, antes de fazer a operação pretendida, puxe-o de volta. Não é preciso fazer força. Apenas puxe. Se houver um ‘chupacabra’ (o dispositivo que copia os dados), o *slot* onde o cartão foi colocado vai se deslocar e cair na sua mão”.

Mas nem sempre é possível detectar a presença do dispositivo. A delegada de polícia de Brasília, da Delegacia de Defraudações, afirma que 40% das denúncias de estelionato que chegam ao departamento são relativas à clonagem de cartão de crédito. “Trata-se de estelionato”, afirma ela. “Quem clona e usa um cartão de crédito está enganando tanto o titular da conta quanto o comerciante”, complementa.

Um desses casos aconteceu com uma correntista que teve o cartão clonado num caixa automático dentro de uma das agências do banco. Depois de várias tentativas de



moeda

STOCK.XCHNG

inserir o cartão na máquina, ela conseguiu fazer um saque. Uma semana depois, percebeu, pelo extrato retirado num domingo à noite, que vários outros saques e transferências haviam sido realizados, com valores diversos, sem sua autorização ou conhecimento. Ligou para o banco, mas foi instruída a procurar o gerente no dia seguinte, segunda-

feira. Quando foi à agência comunicar o fato, ouviu do funcionário da agência bancária que ele “não poderia fazer nada”. Enquanto esse diálogo acontecia, mais cinco saques foram efetuados na conta, totalizando um prejuízo de mais de 12 mil reais. Por fim, o cartão foi bloqueado, e os saques pararam. Mas o banco não quis restituir o dinheiro que



O CÓDIGO DO CONSUMIDOR

A jurisprudência dominante nos tribunais nacionais tem entendido que as entidades financeiras, tais como bancos, também se sujeitam ao Código do Consumidor, que diz:

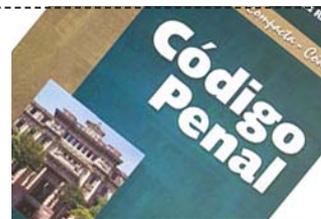
Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

O CÓDIGO PENAL

Estelionato

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa.



faltava na conta da correntista.

Indignada, ela decidiu procurar o Judiciário. Ingressou com uma ação na Justiça Federal de 1ª instância do Distrito Federal, pedindo a restituição dos valores retirados de sua conta, devidamente corrigidos, e mais danos morais e materiais.

Nos autos, o banco alegou que não poderia ser responsabilizado, uma vez que a correntista, ainda que involuntariamente, colaborou com a ação dos criminosos, ao permitir a clonagem e visualização de sua senha quando operou o terminal na agência.

O juiz federal de primeiro grau não atendeu ao pedido, pois entendeu que a correntista não conseguiu demonstrar que a conduta do banco foi a causa do prejuízo material e psicológico experimentado por ela. Inconformada, ela recorreu da sentença.

O processo veio para o TRF/ 1.ª Região com recurso de apelação. E ao ser levado a julgamento, a 6.ª Turma considerou que é obrigação da instituição bancária adotar medidas de segurança, inclusive para garantir aos clientes total privacidade e sigilo no uso dos caixas automáticos e impedir a implantação de sistemas de clonagem. Para o órgão julgador, não foi comprovado, no processo, que a correntista tenha fornecido ou entregue o cartão a qualquer pessoa, como afirmou o banco; portanto, ela não tem culpa dos acontecimentos. Além disso, quando tentou contactar a agência, no domingo à noite, não foi oferecida nenhuma solução e, ao procurar o gerente, no dia seguinte, ao invés de ter o bloqueio do cartão realizado imediatamente, o procedimento do funcionário foi tão lento, que possibilitou a ocorrência de mais saques enquanto ele tomava as providências devidas. A Turma estranhou também que duas das transferências eletrônicas ocorridas na conta eram de valor superior ao limite diário permitido para saque, o que não foi explicado pela instituição bancária.

Quanto ao pedido de reparação de danos, para a 6.ª Turma a correntista sofreu abalo moral – raiva,

NÃO CAIA NO GOLPE DA CLONAGEM DO CARTÃO

- Não permita que o vendedor leve seu cartão para longe do seu campo de visão. Acompanhe-o até a máquina.
- Certifique-se de que ninguém está observando quando você estiver digitando a senha.
- Não forneça senhas a ninguém, nem mesmo ao funcionário do banco.
- Prefira usar cartões com chipe, que são mais difíceis de clonar.
- Cuidado com o preenchimento de cupons de natal e outros promocionais. Não se sabe o que é feito com os dados que os consumidores entregam nessas promoções.
- Se o cartão ficar preso na máquina da loja ou no caixa eletrônico, procure anular ou cancelar a compra e comunique o fato imediatamente ao seu banco.
- Compras pela internet é muito confortável, mas é necessário ter confiança na loja, pois você terá de fornecer até o código de segurança do cartão.

Seguro

Os bancos costumam oferecer seguro para garantir débitos efetuados no cartão por um período de, por exemplo, 72 ou 96 horas antes de o correntista comunicar a perda, furto, clonagem ou fraude realizada com o cartão.

impotência, frustração, etc – causado pela conduta da agência de não querer devolver o valor retirado da conta, portanto a Turma decidiu que a correntista faz jus à indenização por dano moral.

Conforme o pronunciamento do TRF/ 1.ª Região, que veio 11 anos depois do acontecimento dos fatos, a Caixa foi condenada a pagar todos os valores com correção monetária e juros. A indenização estipulada pelo TRF/ 1.ª Região à correntista que teve seu cartão clonado dentro da agência bancária foi de dez mil reais. ■

Adicional de Qualificação **AQ**

Pós-graduação e ações de treinamento conferem ao servidor efetivo o direito de perceber o Adicional de Qualificação (AQ). A regulamentação do AQ está no art. 14 da Lei 11.416/2006, na Resolução n.º 126, de 22 de novembro de 2010, do CJF, e na Portaria Conjunta n.º 1 de 07/03/2007, do STF, CNJ, CJF, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, tribunais superiores e do TJDF. Dúvidas? Você tira aqui.

1. A quem se destina o Adicional de Qualificação?

O Adicional de Qualificação é devido aos servidores ocupantes de cargo efetivo, observadas as áreas de interesse em conjunto com as atribuições do cargo efetivo ou com as atividades desempenhadas pelo servidor quando no exercício de cargo em comissão ou de função comissionada; ou seja, para sua consecução, o servidor deve estar atuando em área compatível com o curso realizado. Por exemplo, um servidor com especialização em engenharia, lotado em gabinete, não perceberá a gratificação, mas, se estiver lotado na Secad e exercendo função compatível com o curso, poderá percebê-la.

2. Quais os valores correspondentes ao adicional?

12,5% (doze vírgula cinco por cento), em se tratando de título de doutor;

10% (dez por cento), em se tratando de título de mestre;

7,5% (sete vírgula cinco por cento), em se tratando de certificado de especialização;

1% (um por cento), no caso de servidor que possuir ações de treinamento que totalizem pelo menos 120 (cento e vinte) horas, observado o limite de 3% (três por cento).

3. Os valores incidirão sobre a remuneração total do servidor?

Não. Somente sobre o vencimento básico do cargo efetivo.

4. O servidor poderá acumular o Adicional de Qualificação?

Na verdade, não! Embora haja a percepção de percentuais distintos, ou seja:

O AQ se destina a dois tipos de capacitação – ação de treinamento, com percentual de 1% (um por cento) para cada 120 (cento e vinte) horas de curso, observado o limite de 3% (três por cento), e especializações, com percentuais distintos para as pós-graduações *lato sensu* e *stricto sensu*.

Portanto, o acúmulo de AQ só não é permitido quando se tratar do mesmo tipo de ação, por exemplo: Dois títulos de especialização ou mais de 3% de ação de treinamento.



5. O que acontece caso o curso de pós-graduação apresentado pelo servidor não seja de instituição credenciada pelo Ministério da Educação e Cultura?

O Adicional de Qualificação é válido somente quando os cursos são reconhecidos pelo Ministério da Educação, na forma da legislação específica. A comprovação do curso far-se-á mediante apresentação de cópia do certificado ou do diploma devidamente autenticada, podendo a autenticação ser feita pela unidade responsável por seu recebimento à vista do original.

7. Os cursos de especialização adquiridos pelo servidor antes da instituição do Adicional de Qualificação são válidos?

Sim. Todos os cursos de pós-graduação que atendam aos requisitos já mencionados serão aceitos, mesmo que realizados antes da edição da Lei 11.416/2006 ou até antes da posse no serviço público. Para o servidor que houver concluído o curso anteriormente à data da publicação da Lei, será devido o adicional com efeitos financeiros a contar de primeiro de julho de 2006, desde que o respectivo certificado ou diploma já esteja averbado. A situação estende-se aos aposentados: quem concluiu curso de pós-graduação antes de sua aposentadoria e atende aos mesmos requisitos, perceberá o Adicional de Qualificação.

8. E as ações de capacitação realizadas pelo servidor antes da instituição do Adicional de Qualificação são válidas?

Sim, todas as ações de capacitação realizadas pelo servidor, mesmo antes de sua posse, desde que concluídas após primeiro de julho de 2002 e desde que atendam aos requisitos da área de interesse em conjunto com as atribuições do cargo efetivo ou com as atividades desempenhadas quando no exercício de cargo em comissão ou de função comissionada, serão consideradas, respeitando-se o prazo prescricional de quatro anos da conclusão do curso. ■

POLÍTICA DE SEGURANÇA PARA JUÍZES FEDERAIS SERÁ DEFINIDA POR COMISSÃO DO CJF

O corregedor-geral da Justiça Federal, ministro João Otávio de Noronha, instituiu comissão, durante o Fórum de Corregedores da Justiça Federal, ocorrido no dia 22 de agosto, em Brasília, para estudo e proposta de uma política nacional que garanta a segurança dos magistrados da Justiça Federal.

A comissão, coordenada pela desembargadora Federal Suzana Camargo, corregedora regional da 3.ª Região, fará um levantamento da situação dos juízes federais que correm risco de perder a vida – especialmente aqueles que atuam em varas criminais – para elaborar um diagnóstico e propor soluções de curto prazo, com o intuito de proteger os juízes de todo o Brasil.

A intenção do corregedor-geral é que no próximo fórum seja apresentado relatório com as medidas de proteção em prol da segurança dos juízes já formuladas.

CJF APROVA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA 2012

O presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região, desembargador federal Olindo Menezes, participou, no dia 8 de agosto, da sessão ordinária do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília. Após a abertura da sessão, com a leitura da ata da sessão anterior, o ministro Ari Pargendler, presidente do CJF, submeteu aos conselheiros, para apreciação e deliberação, uma pauta de nove itens. A reunião aprovou a proposta orçamentária da Justiça Federal de primeiro e de segundo grau para o exercício 2012, bem como o Plano Plurianual 2012-2015.

A reunião foi marcada pelas despedidas do corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Francisco Falcão, e da conselheira ministra Laurita Vaz como membros do CJF. Ambos foram homenageados pelo presidente do Conselho, de quem receberam placas alusivas às suas passagens por aquele órgão.

Com a saída do ministro Falcão, assumirá a Corregedoria-Geral da Justiça Federal o ministro João Otávio Noronha. Ao tomar posse no cargo de corregedor-geral, o ministro Noronha automaticamente assume também as funções de presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais e de diretor do Centro de Estudos Judiciários do CJF. Para o lugar de Laurita Vaz irá o ministro Teori Zavascki, e para vaga de Otávio Noronha, o ministro José de Castro Meira. A próxima sessão do Conselho está marcada para o dia 14 de setembro.

TERCEIRA SEÇÃO DELIBERA SOBRE PROPOSTA DE RESOLUÇÃO PARA REDUZIR O ACERVO DE PROCESSOS DO SFH

O presidente do Tribunal, Olindo Menezes, reuniu-se, no dia 24 de agosto, com os desembargadores federais da 3.ª Seção do Tribunal, no Espaço Orlando Gomes, para discutir soluções que reduzam, até o final de 2011, o acervo de processos relativos ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) no TRF/ 1.ª Região.

No encontro, ficou decidido que será encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho da Justiça Federal proposta de esforço concentrado na 5.ª e na 6.ª Turma do Tribunal (que compõem a 3.ª Seção) para, uma vez por mês, no mínimo, em

sessão ordinária, julgar-se o maior número possível de processos do SFH, agrupados por tema; além disso, de compartilhamento prévio pelos desembargadores federais das ementas, de forma a acelerar ainda mais o julgamento.

O Tribunal tem quase dez mil processos sobre os diversos temas do SFH, sendo que três mil já estão inclusos no mutirão "Judiciário em Dia".



SEMINÁRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS APRESENTA RADIOGRAFIA DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

No dia 29 de agosto, o presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes, integrou a mesa de abertura dos trabalhos do Seminário Justiça em Números, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O evento ocorreu na sede da Escola de Magistratura Federal (Esmaf), em Brasília. A mesa foi presidida pelo ministro Cezar Peluso, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), sendo composta, ainda, pelo advogado-geral da União, Luiz Inácio Lucena Adams.

O presidente Olindo Menezes afirmou ser uma honra para o Tribunal sediar evento de tamanha importância, já que o CNJ passou a fazer parte do dia a dia dos tribunais, desde sua criação, sendo um “divisor de águas” no Poder Judiciário brasileiro. “Colaboraremos em tudo com prazer porque estamos dando passos adiante na construção de um poder judiciário decente, eficiente, transparente e sério”, afirmou.

Na abertura do seminário foi divulgada a última edição do “Justiça em Números”, espécie de censo que traça uma radiografia do judiciário brasileiro com relação à tramitação dos processos e desenvolvimento dos



FOTO: (CLAUDIO BERTMAR)/CNU

programas ao longo do ano de 2010.

De acordo com a pesquisa, 83,4 milhões de processos tramitaram nos tribunais brasileiros em 2010, o que significa 0,6% a mais do que em 2009. O ministro Peluso destacou, ainda, que o relatório também registra um aumento da taxa de congestionamento de 67% (2009) para 70% (2010). A maior taxa de congestionamento encontra-se na área de execução fiscal, principalmente na primeira instância da Justiça estadual, com índice que chega a 90%.

O seminário foi encerrado pela corregedora nacional de justiça, ministra Eliana Calmon.

PRESIDENTE PARTICIPA DE SOLENIDADE PARA ENTREGA DE BAIXAS DE HIPOTECA NO PIAUÍ

O presidente do Tribunal, Olindo Menezes, participou, no dia 31 de agosto, da solenidade de entrega de baixas de hipoteca na Seção Judiciária do Piauí. Os documentos referem-se ao mutirão de conciliação em processos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) realizado naquela seccional, no período de 22 a 26 de agosto.



MARCIA FOIZER

MARCIA FOIZER

DESEMBARGADORA MÔNICA SIFUENTES RECEBE A MEDALHA DO PACIFICADOR

Na manhã do dia 25 de agosto, a desembargadora federal Mônica Sifuentes recebeu a medalha do “Pacificador”, conferida pelo Exército Brasileiro em solenidade cívico-militar comemorativa do Dia do Soldado. A comenda foi entregue à magistrada pelo general de exército Raimundo Nonato de Cerqueira Filho.

A Medalha do Pacificador é uma condecoração criada para recompensar militares e civis, nacionais ou estrangeiros, que tenham prestado assinalados serviços ao Exército brasileiro.



Google+

A NOVA REDE SOCIAL

▼ VICTOR BRANDÃO

Se você já tem Orkut, Twitter, Facebook, MySpace, Youtube, Linkedyn ou outras contas *on-line*, prepare-se para mais uma. Lançada em julho de 2011, a nova rede social Google+ já alcançou a marca de 20 milhões de usuários em apenas quatro semanas. O Brasil é o sexto país com o maior número de visitantes ao sítio eletrônico de relacionamentos.

De acordo com dados da consultoria comScore, a maioria dos visitantes é dos Estados Unidos, que tem 5,3 milhões de perfis cadastrados. O segundo país no *ranking* é a Índia (com 2,8 milhões de usuários), seguido do Reino Unido (com 867 mil), Canadá (859 mil) e Alemanha (706 mil). O Brasil, sexto colocado, tem 621 mil, seguido por Taiwan (515 mil), França (497 mil) e Turquia (372 mil).

O Google + propõe algo diferente. A própria justificativa exposta no sítio é intelectualizada e foge ao padrão de outras redes sociais, onde a busca pela quantidade de pessoas excede a qualidade dos contatos. “É visível a ideia de criar um ambiente onde as relações humanas

do mundo *off-line* sejam reproduzidas com particular similaridade no mundo virtual”, afirma Marcus Yabe, consultor em mídias sociais da empresa Mídia Interativa e Tecnologia – que atua em São Paulo –, em entrevista à Revista Wide, edição de julho de 2011.

O foco é permitir o compartilhamento de fotos, *link* e vídeos com seus amigos, família e conhecidos. A nova rede oferece alguns recursos inéditos, como os círculos, que são basicamente grupos de contato organizados pelo usuário, que é o gerenciador exclusivo de sua conta e que detém o poder de filtrar amigos, permitindo a eles o acesso a informações exclusivas. O advogado criminalista Diogo Henrique, que atua em Brasília, já aderiu à nova rede. “Achei interessante a possibilidade de disponibilizar informações somente para um grupo específico de amigos”, afirma.

Outra funcionalidade é a barra de tarefas, que permite atualizações do Google+ sem ter que navegar na página da rede, além de oferecer recursos de videoconferência

e envio de mensagens instantâneas que podem ser compartilhadas com grupos de até dez pessoas por vez.

O pano de fundo do lançamento do Google+ é concorrer com o líder das redes sociais, o Facebook, que conta com 750 milhões de usuários. Embora o Orkut, que obteve um sucesso vertiginoso no Brasil no início da década de 2000, ainda tenha mais adeptos que o rival – são 30 contra 21 milhões de internautas no país – o Facebook avança. No primeiro semestre de 2011, cresceu 113%, de acordo com dados da consultoria Social Bakers.

O temor é justificável, mas não desesperador. Embora o endereço www.facebook.com seja o endereço mais digitado na internet, cerca de três vezes mais do que o segundo colocado, o próprio www.google.com, o buscador ainda é o destino “número um”. Isso acontece porque as pessoas chegam ao sítio pela barra de pesquisas, ou digitando um termo diretamente na barra de endereços, sem precisar visitar o google.com.

Os números relativos ao conglomerado impressio-

nam. Segundo a consultoria Tecnomundo, o google.com responde por 97% das buscas na internet; o Youtube tem 500 milhões de visitantes por mês, sendo o maior serviço de vídeo *on-line* do mundo; o *blogger* foi lido por 400 milhões em 2010; e o navegador Chrome é utilizado por 17% dos usuários que navegam na internet.

O professor Francisco Botelho, especialista em educação e informática e diretor da Universidade Católica de Brasília Virtual, observa que “todas as redes sociais são similares, sendo diferenciadas pelo banco de dados”. Ele afirma que a nova rede conta com a força do Google, o que pode impulsionar o número de adeptos.

Essa não é a primeira tentativa do Google de rivalizar com outro expoente da internet. O Buzz, que utiliza o mesmo banco de dados do Gmail, com 175 milhões de pessoas, foi lançado para concorrer com o Twitter, utilizado por 200 milhões de internautas. No entanto, com o lançamento do G+, o próprio Google admite retirar o Buzz da rede. ■





Presidente Olindo Menezes e dirigentes do Tribunal discutem propostas de metas para 2012 e 2013

A meta é cumprir

TRIBUNAL AVALIA CUMPRIMENTO DE METAS DO JUDICIÁRIO E ELABORA NOVOS OBJETIVOS PARA OS PRÓXIMOS DOIS ANOS. RETER ACÚMULO DE PROCESSOS É O PRINCIPAL ALVO

RICARDO CASSIANO

Criadas para melhorar o desempenho dos tribunais e garantir melhor prestação jurisdicional, as metas da Justiça são, ao mesmo tempo, "ousadas" e "gratificantes". A avaliação é da diretora do Centro de Estudos e Apoio à Gestão (Cenag) do Tribunal, Wânia Maríça, uma das responsáveis pelo andamento das metas na 1.ª Região. "São objetivos desafiadores", afirma. Desde 2009, quando as metas foram implantadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Cenag dedica-se ao acompanhamento de cada uma delas para não fechar o ano "em débito" com o Judiciário. Tarefa cumprida com afinco, em muitos casos, porém sem êxito em outros, devido às limitações naturais do Tribunal.

Um dos grandes gargalos enfrentados pela Justiça Federal

é a falta de servidores e, principalmente, de magistrados: situação que se evidencia na impossibilidade, até hoje, de se atingir 100% da Meta 2, de 2009 e 2010, considerada essencial por prever o julgamento de milhares de processos mais antigos. Aos poucos, a sangria vem sendo estancada com a instalação de 230 novas varas federais – criadas pela Lei 12.011/09 – e, conseqüentemente, a designação de magistrados para municípios do interior do país. Mas até nessas novas unidades o volume de processos impressiona.

Em média, as varas destinadas à 1.ª Região recebem, assim que abrem as portas, cerca de oito mil ações redistribuídas de varas federais próximas. Somam-se a isso inúmeros outros fatores que pesam sobre o Judiciário, como

a demanda de processos sempre crescente e flutuante. “Depende muito da economia do país. Às vezes há um *boom* na execução fiscal, *boom* de ações de servidores, previdenciárias, e aí o que deveria ser constante, é uma dificuldade”, explica Jaqueline Mello, secretária de Desenvolvimento Institucional do Conselho da Justiça Federal (CJF).

Mesmo diante dos desafios, a Justiça Federal tem feito sua parte. Diversos mutirões são realizados mensalmente em todo o país e, desde fevereiro, o TRF da 1.ª Região participa do “Judiciário em Dia”, para julgar mais de 50 mil ações até o fim do ano. Sob esse prisma, o presidente Olindo Menezes abona a criação das metas da Justiça. “A despeito de todas as dificuldades, o CNJ tem um ativo muito importante porque ele sacudiu a poeira do Poder Judiciário”, observa.

Até agora, o TRF cumpriu 100% de sete das dez metas de 2009, de cinco das dez estipuladas para 2010 e de duas das cinco metas de 2011. Durante reunião com dirigentes do Tribunal, no dia 5 de agosto, o presidente pediu mais atenção ao cumprimento da Meta 4, de 2010, que trata da publicação das decisões judiciais em até dez dias. Em junho deste ano, o Tribunal atingiu 26% do objetivo. “Precisamos melhorar esse índice”, apontou Olindo Menezes.

METAS 2012/013

O encontro com os dirigentes teve o objetivo de discutir a proposta de metas da Justiça Federal para os anos de 2012 e 2013. Desde o início de julho, os representantes da Subcomissão Nacional de Metas da Justiça Federal, no âmbito da 1.ª Região, trabalharam na elaboração da minuta da proposta, encaminhada ao CJF e ao CNJ, nos dias 8 e 9 de agosto, respectivamente.

A subcomissão tem como gestores os presidentes dos cinco tribunais regionais federais do país e como representantes, na 1.ª Região, o juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco, a diretora do Cenag, Wânia Marí-tiça, e o servidor responsável pelo Escritório de Projetos Estratégicos Regional (Eper/TRF), José Roberto Ferretti. Na proposta elaborada pelo Cenag, foram descritas quatro “Metas de Resultados” – que afetam diretamente o jurisdicionado, como a redução do acervo de processos – e seis “Metas Estruturantes”, relacionadas a procedimentos administrativos e de gestão.

Entre as sugestões acatadas pelo CJF está a meta que

prevê o julgamento de todas as ações ingressas, até o fim de 2009, nos Juizados Especiais Federais (JEFs). A 1.ª Região também propôs, e o conselho aprovou, o julgamento de “quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2012/2013”. Outras minutas, dos TRFs da 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª Região, foram apresentadas e discutidas na sessão do CJF. Após analisar todas as propostas o conselho consolidou um documento único, com 11 metas, levado à reunião da Subcomissão de Metas da Justiça Federal, mediada pelo CNJ, no dia 9 de agosto.

Durante o encontro, os representantes das cinco regiões expuseram dúvidas e questionamentos sobre os critérios adotados pelo Conselho Nacional de Justiça na aferição do cumprimento das metas. Em seguida, o grupo decidiu condensar as propostas de metas para os próximos dois anos: das onze sugestões apresentadas, **quatro foram escolhidas**. O próximo passo é a avaliação de magistrados, por meio da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). “Nossa linha de trabalho é o juiz federal, então não adianta propor metas sem que eles sejam consultados”, afirma a secretária do CJF.

Nos próximos três meses, as sugestões passarão por diversos ajustes, que incluem a elaboração da metodologia de cumprimento e do glossário. Nesse período, o CNJ também receberá propostas de todos os segmentos da Justiça. As metas para 2012 serão finalmente validadas no 5.º Encontro Nacional do Poder Judiciário, previsto para ocorrer nos dias 17 e 18 de novembro, em Porto Alegre / RS. Já as metas válidas para 2013 devem ser votadas em março do ano que vem, durante o 6.º Encontro.

METAS *PROPOSTAS PARA 2012/2013:

1. Julgar quantidade igual de processos distribuídos em 2012/2013 e parcela do estoque.
2. Julgar todos os processos de conhecimento de 1.º e 2.º grau distribuídos até 31/12/2007, em matéria criminal até 31/12/2008, e, quanto aos processos de JEF e turmas recursais, até 31/12/2009.
3. Implementação da gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) nas turmas recursais;
4. Designar (número a definir) audiência de conciliação no 1.º e no 2.º grau.

METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO PARA 2011

META 1



Criar unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

META 2



Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

META 3

Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.



META 4

Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.



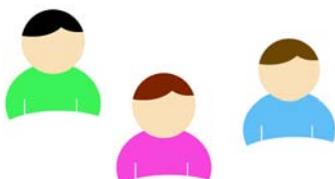
META 9

Específica para a Justiça Federal



Implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau até dezembro de 2011.

A Portaria Presi/Cenag 165, do dia 6 de abril de 2011, definiu três gestores para coordenar as metas de 2009, 2010 e 2011, no âmbito do TRF da 1.ª Região. Foram escolhidos o juiz federal em auxílio à Presidência, Alexandre Franco, e os representantes da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1.ª Região, juízes federais Kátia Balbino Ferreira e César Cintra Fonseca. Vários dirigentes de unidades administrativas do Tribunal ficaram responsáveis por metas específicas.



IMAGENS: INTERNET

NOVO CRITÉRIO

Desde 2009, as metas do Judiciário eram concebidas a partir de reuniões com representantes dos 91 tribunais brasileiros. Dezenas delas foram criadas, dessa forma, para serem atingidas por todos os órgãos. Entretanto, devido à disparidade de atribuições dos diversos segmentos da Justiça – Federal, Estadual, Militar, Eleitoral e do Trabalho –, decidiu-se mudar a forma de elaboração. Nesse contexto, surgiu a Comissão Nacional de Metas e as subcomissões, instituídas pela Portaria n.º 44, editada pelo conselho no dia 27 de maio deste ano.

As subcomissões, formadas por membros de tribunais representativos dos cinco segmentos da Justiça, ficaram responsáveis por elaborar as próprias metas para 2012 e 2013. “Isso permite que cada ramo do Poder Judiciário defina as metas que lhe são mais apropriadas e que, de fato, correspondam à sua realidade”, avalia o juiz federal José Alexandre Franco.

O coordenador do Programa de Metas do CNJ, Antônio Carlos Braga, destaca que o trabalho de “construir” metas é, primordialmente, técnico e se atém aos procedimentos e protocolos estabelecidos. Mas a definição dos objetivos é feita, em última análise, pelos próprios jurisdicionados. “Não adianta que (as metas) saiam de fórmulas e cálculos, se não tiverem relação com as expectativas da sociedade”, afirma. “O que temos que fazer nos programas de planejamento é identificar qual é essa expectativa geral, exatamente o que se espera, e traduzir isso num valor e num prazo a ser perseguido”, completa Braga.

METAS 2011

No dia 23 de agosto, o Conselho Nacional de Justiça divulgou o **Relatório de Metas 2011**, referente ao primeiro semestre do ano. O levantamento aponta os resultados alcançados por todos os tribunais do país. No período, a Justiça Federal recebeu quase 1,3 milhões de processos e julgou 1,25 milhões. O número de julgados corresponde a 96% do total de processos novos, apenas 4% abaixo da Meta 3 – de julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011. Somente no TRF da 1.ª Região foram protocolizadas 380 mil ações e julgadas 320 mil.

A Meta 3 é apenas uma das cinco direcionadas à Justiça Federal neste ano. A Meta 1, de criar uma unidade de gerenciamento de projetos, foi parcialmente cumprida por todos os cinco TRFs. A 1.ª Região atingiu o percentual de 80%, com a implantação do Escritório de Projetos Estratégicos Regional (Eper). Os tribunais também atingiram parte da Meta 2, que sugere o “registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau”. A meta foi integralmente cumprida na 1.ª Região.

Com relação à Meta 4, de divulgar as “funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou espaços públicos”, o TRF da 1.ª Região já entrou o ano com a meta cumprida. O Tribunal promove o “programa de visitas”, destinado a universitários do curso de direito, e o “julgamento simulado”, que transforma crianças de escolas públicas em desembargadores federais durante uma seção de julgamento fictícia.

O Tribunal também vêm cumprindo, por meio do Processo Digital da 1.ª Região (e-Jur), a Meta 9, específica para a Justiça Federal. A finalidade é a implantação do “processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de primeiro e segundo grau” até o fim do ano. No primeiro semestre, a 1.ª Região atingiu 62% da meta.

Mesmo com percalços e desafios a superar, a diretora do Cenag/TRF/1.ª acredita que os objetivos serão plenamente alcançados ainda neste ano. “São cinco metas apenas (...), já temos duas cumpridas e até dezembro todas terão cumprimento de 100%”, projeta Wânia Maríça. O presidente do Tribunal frisa que os esforços da Justiça Federal, especialmente na apreciação de processos antigos, é uma importante ferramenta para desafogar o Judiciário e conceder ao jurisdicionado o direito de ver seu processo ser julgado com mais rapidez. “Nós precisamos de previsibilidade. Ninguém pode viver na incerteza”, conclui Olindo Menezes. ■

Accesse o Relatório de Metas 2011 no sítio:
www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas

STJ recebe primeiro processo digital do TRF da 1.^a Região **100%**

AGRAVO DE INSTRUMENTO COM INGRESSO E TRÂMITE EM FORMATO ELETRÔNICO NO TRIBUNAL CHEGA AO STJ, EM FORMA DE RESP, E TORNA-SE UM NOVO MARCO EM INSERÇÃO DIGITAL

▼ RICARDO CASSIANO

O TRF da 1.^a Região enviou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), no dia 3 de agosto, o primeiro processo que tramitou inteiramente em formato digital. O Agravo de Instrumento n.º 5821-68.2010.4.01.0000, protocolizado no TRF em fevereiro de 2010, por meio do Processo Digital da 1.^a Região (e-Jur), chegou ao STJ em forma de recurso especial, após aprovação do presidente do TRF, desembargador federal Olindo Menezes.

Antes de subir ao tribunal superior, a ação originária relativa à dívida ativa, movida pela Fazenda Nacional, foi apreciada pelo desembargador federal Souza Prudente e, posteriormente, encaminhada à 8.^a Turma. Todo o trâmite desenrolou-se no ambiente *on-line*, sem a utilização de papel.

Segundo dados da Secretaria Judiciária, apenas no mês de julho foi encaminhado ao STJ um total de 1.127 ações digitalizadas manualmente. Ao todo, 325.302 páginas foram “escaneadas”. O montante é resultado do trabalho de 20 funcionários terceirizados recém-contratados, que trabalham exclusivamente na digitalização dos processos enviados ao STJ – recurso especial (Resp), agravo no Resp e agravo retido nos autos. O grupo

atua na Central de Digitalização Judicial do TRF da 1.^a Região (Cedig/Dirad/Corip) desde o dia primeiro de julho deste ano.

A unidade foi criada com o objetivo de digitalizar 100% dos processos originários protocolizados no Tribunal. Para tanto, além do novo grupo – específico para as ações que sobem ao STJ – outros 42 terceirizados, mais antigos, fazem a digitalização dos demais processos. Eles são portadores de deficiência e trabalham no TRF da 1.^a Região desde fevereiro de 2010, por meio de convênio firmado com o Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe).

Atualmente, todas as ações originárias podem ser cadastradas eletronicamente no Tribunal. O sistema e-Jur disponibiliza aos advogados a ferramenta denominada “e-Proc”, com plataforma própria para a elaboração da petição eletrônica. Caso o advogado opte pela peça física, os autos são encaminhados à Cedig para que já sejam distribuídos ao relator em formato digital. ■



Processo Digital da 1ª Região

A digitalização de processos no Tribunal foi adotada para atender aos parâmetros do Processo Digital da 1.ª Região (e-Jur). Criado pelas resoluções Presi n.º 600-25 e 600-26, em dezembro de 2009, e implantado a partir de janeiro de 2010 no TRF e nas seccionais, o e-Jur tem o objetivo de eliminar os processos físicos, oferecer melhores serviços aos jurisdicionados e tornar o acesso à Justiça mais simples e rápido.

Eva de Oliveira integra a equipe de 20 funcionários que digitaliza os processos antes do envio ao STJ:

325 mil
páginas em um mês





Correição geral na seccional de Rondônia

CORREGEDOR AVALIA COMO POSITIVO O RESULTADO DOS
TRABALHOS



FOTOS: SECUSIFRO

✓ SERPA AMARAL

No dia 23 de agosto, o corregedor regional da Justiça Federal da Primeira Região, desembargador federal Cândido Ribeiro, e equipe iniciaram os trabalhos de correição na Seção Judiciária de Rondônia. A solenidade de abertura das atividades (foto) aconteceu no auditório do Fórum Jarbas Nobre e contou com a presença de diversas autoridades, entre elas o diretor do Foro, juiz federal Herculano Martins Nassif. A correição ocorreu durante uma semana e contou com a atuação dos juízes federais em auxílio à Corregedoria, César Cintra Jatahy Fonseca e Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo, e da juíza federal Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa, que foi auxiliar na correição realizada no Amapá.

No dia 31 de agosto, para celebrar o encerramento das atividades, o desembargador federal Cândido Ribeiro, es-

teve reunido com os juízes federais da seccional, Herculano Martins Nacif, Francisco Martins Ferreira, Rodrigo Godoy Mendes e Cláudio Henrique Pina (foto acima).

Durante a reunião, o corregedor Cândido Ribeiro não apresentou nenhum apanhado preliminar dos serviços correccionais. Apenas disse, em síntese, que a seção judiciária de Rondônia é boa e está muito bem instalada. "A questão dos prazos verificados em alguns processos poderá ser bem equacionada com a atuação da nova composição de juízes que hoje estão trabalhando na seccional. Com o trabalho de todos a seccional vai colocar todos esses processos em dia", sintetizou. Na oportunidade, dedicou um abraço ao juiz federal Francisco Martins, desejando boa sorte ao magistrado na sua nova trajetória de vida como juiz aposentado. ■

Dirigentes visitam o Ed. Base Operacional do TRF

APROXIMAÇÃO FAZ PARTE DA PROPOSTA DE CONHECER PARA APRIMORAR AS UNIDADES

PAULA ODA/IM

A equipe de servidores e prestadores de serviços que trabalham no Ed. Base Operacional receberam, no dia primeiro de agosto, a visita do presidente do Tribunal, Olindo Menezes, acompanhado do diretor-geral da Secretaria, Felipe dos Santos Jacinto, do secretário-geral da Presidência, Joseny Freire, do secretário de administração, Rüter Roberto Ramos, e da diretora do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag), Wânia Maritça.

Na ocasião, as autoridades puderam conhecer de perto a Base Operacional onde funcionam a gráfica Ministro Pedro Acioli, a oficina mecânica e a garagem do Tribunal. A visita faz parte da proposta de melhor conhecer a estrutura do Tribunal Regional Federal da Primeira Região para implementar ações de aprimoramento às unidades.

O grupo foi recebido pelo supervisor da Seção de Veículos, Washington Cardoso da Cunha, pelo diretor da Divisão de Serviços Gráficos, Antônio de Castro, e pelo supervisor da Seção de Impressão, Antônio de Souza Brandão, que fizeram um relato sobre o funcionamento das unidades. De acordo com o encarregado Antônio Brandão, a gráfica tem a finalidade de reproduzir os trabalhos feitos pelo TRF da 1.ª

Região e padronizar os produtos, que vão desde panfletos e três revistas a capas e etiquetas de identificação de processos, com um consumo anual de três mil resmas.

Já a oficina, onde trabalham cinco servidores e oito prestadores de serviço, cuida da manutenção dos veículos, de toda a documentação da frota, da limpeza e abastecimento dos carros. O servidor João Maria de Medeiros, que participou da visita, acredita que a aproximação com o presidente e os dirigentes é muito importante para que possam conhecer de perto as necessidades do dia a dia das unidades, além de ser um estímulo ao trabalho por meio do reconhecimento.

O presidente e a equipe de dirigentes começaram as visitas em julho de 2010 e, desde lá, já foram a setores localizados nos Edifícios Sede I e II, Funasa, Adriana, Cabo Frio e Dona Marta. Em uma das ocasiões, o desembargador Olindo Menezes falou da relevância de conhecer de perto a realidade dos outros setores, para o bom funcionamento do Tribunal. Ele ressaltou que as unidades são parte de um todo e que o mau funcionamento em uma dessas partes pode acarretar dano geral ao órgão. Daí a importância das visitas. ■

Servidores e prestadores de serviço da gráfica e a equipe de dirigentes do TRF durante a visita



Cerimônia marca aposição de retratos

DESEMBARGADORES FORAM AGRACIADOS COM A
HOMENAGEM NO HALL DO SALÃO NOBRE

FOTOS: LUIZ XAVIER



RICARDO CASSIANO

Os últimos desembargadores federais a ingressar no Tribunal e o último a deixar a vice-presidência da Corte tiveram as fotografias apostas no Salão Nobre, no dia 23 de agosto. Em cerimônia prestigiada por mais de cem pessoas, entre magistrados, familiares e servidores, os desembargadores federais receberam a homenagem que marca suas atuações no TRF da 1.ª Região – um reconhecimento pelo trabalho diário em prol da Justiça Federal e dos milhares de brasileiros que confiam suas causas aos magistrados.

A aposição das fotografias contemplou o ex-vice-presidente Souza Prudente e os desembargadores federais

Francisco Betti, Reynaldo Fonseca, Ângela Catão, Mônica Sifuentes, Kassio Marques e Néviton Guedes.

Em rápido discurso, o presidente Olindo Menezes frisou a importância da cerimônia, que definiu como “significativa” e “majestosa”. Usando o próprio exemplo, destacou o peso simbólico das fotografias expostas no hall do Salão Nobre, mas afirmou ser ainda maior a representação do próprio Tribunal. “A instituição é maior que os membros. Eles vão; a instituição persiste”.

Nesse contexto, o presidente aproveitou a oportunidade para expressar consternação pela morte da juíza Patrícia



Desembargadora federal
Ângela Catão



Desembargador federal
Francisco de Assis Betti



Desembargador federal
Néviton Guedes,



Magistrados homenageados e presidente Olindo Menezes (3.º à esq.)



Desembargadora federal Mônica Sifuentes e o marido, desembargador federal Carlos Olavo



Desembargador federal Kassio Marques e a esposa

Acioli, da 4.ª Vara Criminal de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, assassinada na madrugada do dia 12 de agosto. Olindo Menezes afirmou que a Justiça brasileira ainda estava em luto e que a juíza foi “levada” devido ao bom trabalho que exercia no enfrentamento do crime. “A gente tem que confiar nas instituições e é com esse propósito também que nos reunimos nesse momento”, correlacionou.

Os próximos desembargadores federais a ter os retratos expostos serão os presidentes dos dois últimos biênios, Assusete Magalhães e Jirair Aram Meguerian. A data da cerimônia será marcada oportunamente. ■



Desembargador federal Reynaldo Fonseca e a família

*“A instituição é maior
que os membros.
Eles vão;
a instituição persiste”
Presidente Olindo Menezes*



Desembargador federal Souza Prudente e a esposa

Tourinho Neto é empossado conselheiro do CNJ

MAGISTRADO DECANO
DO TRF EXPÕE IDEIAS E
EXPECTATIVAS SOBRE O
NOVO CARGO

CHICO CAMARGO

O desembargador federal Fernando da Costa Tourinho Neto foi empossado, no dia 15 de agosto, no cargo de conselheiro pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Cezar Peluso, que preside também o Supremo Tribunal Federal.

Decano dos desembargadores em atividade no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região, Tourinho integra o Conselho na qualidade de juiz de tribunal regional federal, e cumprirá um mandato de dois anos.

Tourinho Neto chegou num momento bastante delicado para o CNJ, já que em 12 de agosto foi assassinada

a juíza fluminense Patrícia Acioli, titular de vara criminal de São Gonçalo, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Em conversa com a reportagem de Primeira Região em Revista, o novo conselheiro expôs seu pensamento sobre o fato, ao dizer que “o momento é crítico para o CNJ. Massacrando-se, intimidando-se o juiz, quem sofre, quem perde, é o povo, pois terá um juiz acovardado, amedrontado, com receio de decidir. A juíza Patrícia foi assassinada. Ao que tudo indica, as balas que a mataram vieram de armas de policiais bandidos. É uma lástima. Sua morte, porém, não amedrontou os juízes. O juiz tem que ser respeitado para que a Justiça seja respeitada”.

Indagado sobre o que um conselheiro pode fazer em benefício do “efetivo respeito às liberdades públicas e execuções penais”, que é uma das diretrizes do CNJ, é taxativo: “Defender os juízes dos ataques daqueles que pretendem destruir a Justiça. Defender a aplicação do devido processo legal para apurar os fatos imputados, concretamente, a juízes, e não puni-los imediatamente, afastando-os. O CNJ tem por objetivo reformular os quadros do Poder Judiciário, promovendo, inclusive, o controle e transparência administrativa e processual; contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade. É isto que o povo quer, é isto que todos nós queremos”.

No mesmo dia em que assinou o termo de posse, 9 de agosto, o





O Conselho Nacional de Justiça

Junto com Tourinho Neto, outros cinco novos conselheiros assinaram termo de posse. Foram eles os conselheiros Bruno Dantas, Ney José de Freitas, Silvio Luis Ferreira da Rocha, José Guilherme Vasi Werner e Gilberto Valente Martins.

São 15 os membros do CNJ, que tem a seguinte composição:

- Presidente do Supremo Tribunal Federal, que preside o Conselho;
- um ministro do Superior Tribunal de Justiça, que é o corregedor nacional de justiça;
- um ministro do Tribunal Superior do Trabalho;
- um desembargador de tribunal de justiça;
- um juiz estadual;
- um juiz do tribunal regional federal;
- um juiz federal;
- um juiz de tribunal regional do trabalho;
- um juiz do trabalho;
- um membro do Ministério Público da União;
- um membro do Ministério Público Estadual;
- dois advogados;
- dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Fernando da Costa Tourinho Neto

é desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região desde 1989. Foi vice-presidente (1998-2000) e presidente da corte (2000-2002). É coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região. Membro do Comitê Permanente da América Latina da Fundação Internacional e Penitenciária, para a reformulação das regras de tratamento a presos no mundo. Membro do Conselho Deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e de Testemunhas Ameaçadas, da Subsecretaria de Promoção de Defesa dos Direitos Humanos, da Presidência da República. Bacharelou-se em Direito em 1965 pela Universidade Federal da Bahia. Foi indicado para o CNJ pelo Superior do Tribunal de Justiça.

conselheiro Tourinho Neto atuou em sua primeira sessão de trabalho. Com uma pauta de 26 itens, manifestou-se sobre questões variadas, tais como: problemas disciplinares em que se envolvem magistrados, reivindicação salarial de oficiais de justiça, pedido de proteção para uma juíza ameaçada de morte e apuração de casos de nepotismo. Foi a oportunidade para constatar que “é enorme o trabalho do CNJ, mas verifiquei que, salvo pouquíssimas vozes, a maioria quer um conselho atuando sem ser só órgão punitivo. Bom! Todos são contra o nepotismo, em suas diferentes formas. Todos pensam como proteger os juizes das ameaças que sofrem. Todos querem um poder judiciário mais ágil e eficiente.”.

A partir dessa constatação, o magistrado acredita que

há sobreposição de atribuições entre o CNJ e o Conselho da Justiça Federal (CJF). Referindo-se às corregedorias de ambos os órgãos, aponta para a tendência de extinção do CJF, ao considerar que “Não há razão para tanta corregedoria. Corregedoria dos tribunais, corregedoria do CJF e corregedoria do CNJ...”. No entanto, mostra-se a favor do fortalecimento das corregedorias dos tribunais, e exemplifica: “Estas não agindo, sendo omissas, ou agindo equivocada ou erradamente, atuará a corregedoria do CNJ ou seu plenário. O CNJ atuará sempre subsidiariamente”, diz de forma enfática.

Por fim, emblemático, diz o conselheiro Tourinho Neto: “Quero que o CNJ promova o respeito e a credibilidade dos juizes e, por conseguinte, do Poder Judiciário”. ■

Justiça Federal do Piauí e Prefeitura assinam convênios

ACORDOS FAVORECEM A CULTURA E A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO DE TERESINA

IVANI MORAIS

A capital do Piauí viveu uma noite de festa no dia 31 de agosto, e o palco das comemorações foi o Centro Nacional de Cultura da Justiça (Cenajus), que fica no centro da cidade, na Praça da Bandeira. O Centro, que abriga diversos serviços públicos, o Museu de Arte Sacra e a Biblioteca Abdias Neves, reuniu autoridades, para a inauguração da placa de instalação do Núcleo de Conciliação da Justiça Federal, e artistas locais, para o segundo Sarau da Cidadania, evento realizado pela Prefeitura em parceria com a Justiça Federal e com o Tribunal de Justiça do Piauí. Além de atrações culturais, como a apresentação de bandas musicais e de recitais, performances poéticas e recitação livre de poemas, a população de Teresina foi contemplada com a assinatura de dois convênios que irão dinamizar a cultura local e facilitar o acesso da comunidade escolar à Justiça Federal.

Foi firmado acordo de cooperação técnica entre o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, por meio da Seção Judiciária do Piauí, e a Prefeitura Municipal de Teresina para viabilizar a reforma do prédio que abriga o Cenajus numa conjugação de esforços do Tribunal, da Seção Judiciária do Piauí e da Prefeitura de Teresina.

O Tribunal e a seccional do Piauí se comprometeram a

providenciar os recursos necessários, bem como realizar a licitação, contratar e exercer a fiscalização dos serviços. Já a Prefeitura de Teresina ficou responsável, entre outras atribuições, por arcar com os custos dos projetos arquitetônicos, elétricos, hidráulicos e sanitários, fornecer projeto básico, providenciar licenças perante os órgãos e entidades competentes e disponibilizar engenheiro para auxiliar nos trabalhos da comissão de licitação e na fiscalização dos serviços durante a contratação. Assinaram o acordo, pelo Tribunal, o presidente desembargador federal Olindo Menezes; pela seccional do Piauí, o diretor do foro, juiz federal Carlos Augusto Pires Brandão; e pelo município, o prefeito de Teresina, Elmano Férrer de Almeida.

Na opinião do juiz federal diretor do foro, Carlos Augusto Pires Brandão, essa iniciativa, "além de fortalecer laços institucionais da Rede de Solidariedade Cenajus, confirma a importância do Programa Casas de Justiça e Cidadania. A reforma do Prédio preserva a memória nacional e estabelece padrões de relacionamento entre judiciário e comunidade. Por sua parte, o Programa Justiça Federal na Escola, em parceria com a municipalidade, constitui um importante difusor de valores democráticos e republicanos, contribuindo com



Desembargador Federal Carlos Moreira Alves



Desembargador Federal João Batista Moreira

a formação cívica dos jovens, trazendo o valor da Justiça como esteio da cidadania”.

O outro convênio firmado entre os mesmos partícipes tem o objetivo de viabilizar o acesso da comunidade escolar local às instalações da Justiça Federal de Teresina e realizar eventos instrutivos diversos relacionados ao funcionamento e ao papel da Justiça na sociedade. É o projeto educacional “Justiça Federal na Escola”, que será coordenado pelo juiz federal diretor do foro da Seção Judiciária do Piauí. Pelo projeto, o Tribunal e a Seccional irão implementar e garantir os meios necessários para receber alunos do município nas instalações da Justiça Federal do Piauí, fornecendo informações básicas sobre o funcionamento da Justiça e seu papel como instrumento do Estado para pacificação social.

A Seccional planejará as ações para receber os estudantes, disponibilizando, ainda, pessoal para recepcionar e orientar os alunos, fornecendo material didático-pedagógico sobre o funcionamento da Justiça Federal, planejando, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação (Semec), as ações necessárias para viabilizar as visitas. A Semec arcará com os custos de transporte e alimentação dos alunos visitantes, do trabalho de mobilização dos professores, alunos, pais e demais integrantes da comunidade

escolar para participarem das palestras e demais ações do projeto “Justiça Federal na Escola”, bem como disponibilizará professores e monitores para acompanhar os alunos durante as visitas e eventos, além de auxiliar na elaboração do material didático-pedagógico a ser utilizado nas ações do projeto.

Além das autoridades citadas, assinou o segundo acordo firmado o secretário municipal de educação, Paulo Raimundo Machado do Vale.

Homenagens: Ainda como parte da solenidade, aconteceu a entrega da comenda Grã-Cruz do Mérito Judiciário “Evandro Lins e Silva”, honraria que se destina a homenagear personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça Federal. Entre os agraciados estavam o presidente do TRF, desembargador federal Olindo Menezes; o presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador Edvaldo Pereira de Moura; o prefeito de Teresina, Elmano Férrer de Almeida; o diretor da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região, desembargador federal Carlos Moreira Alves; o desembargador federal João Batista Moreira; e o desembargador federal Reynaldo Fonseca, coordenador do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região. ■



Juiz federal Carlos Augusto Pires Brandão e o desembargador federal Reynaldo Fonseca



Presidente Olindo Menezes

Encontro de Gestão Administrativa

DIRETORES DAS SECRETARIAS DO TRIBUNAL E SECADs DA PRIMEIRA REGIÃO APONTAM DIFICULDADES E PROPÕEM SOLUÇÕES PARA A JUSTIÇA FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

ELIANE WIRTHMANN

Diretores das secretarias administrativas (Secad) do Tribunal e das seções judiciárias, dirigentes das secretarias de Orçamento (Secor), Controle Interno (Secoi), Tecnologia da Informação (Secin), Bem-Estar Social (Secbe), Judiciária (Secju), Recursos Humanos (Secre) e do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag) do TRF participaram do Encontro de Gestão Administrativa, ocorrido nos dias 16 e 17 de agosto, em Brasília.

O evento teve como objetivo promover o aprimoramento da gestão administrativa das secretarias de administração da Justiça Federal de 1.º grau da Primeira Região, por meio da troca de experiências entre as seccionais e a integração dessas com as secretarias do TRF da 1.ª Região.

A abertura do encontro foi feita pelo presidente do Tribunal, Olindo Menezes. O desembargador federal disse ser esse o momento de compartilhar dificuldades e traçar metas para resolver os problemas, que são os mesmos em praticamente todas as seções: falta de pessoal e informatização. O presidente lembrou que os desafios dos gestores são muito grandes e as demandas são sempre superiores à

capacidade de atender, por isso é preciso se especializar.

Nesse sentido, Olindo Menezes anunciou a realização do “Curso de práticas cartorárias e direção de secretaria para futuros diretores”, destinado a atuais e futuros dirigentes das secretarias administrativas. O curso, que está em fase de elaboração, será ministrado pela Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região (Unicorp) em quatro núcleos: Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA) e Teresina (PI).

Durante o evento, o diretor-geral do TRF da 1.ª Região, Felipe dos Santos Jacinto, lembrou que as seções judiciárias cresceram muito. “Nós nos instalamos aqui com 49 varas federais; hoje são 230. O Tribunal tinha apenas 18 juízes; hoje são 27 desembargadores que representam metade daquilo que nós precisamos. As coisas cresceram de uma forma tão abundante que, se não tivermos uma dedicação muito firme, um acompanhamento muito de perto das coisas, não teremos condições de resolvê-las”.

Em tom de parceria e colaboração, os gestores administrativos apresentaram-se um a um, falando das rotinas,

FABIANO PEREIRA





desafios e dificuldades de cada seccional, bem como das alternativas de soluções encontradas para sanar ou minimizar os problemas vivenciados e as práticas que tenham contribuído para o aperfeiçoamento da gestão.

O primeiro dia do encontro também teve espaço para desabafo. O diretor da secretaria administrativa da seccional do Amazonas, Edson Souza e Silva, lembrou que, por lá, as dificuldades são imensas, assim como na região Amazônica: “Temos sete varas na capital e uma em Tabatinga, distante mil quilômetros da capital. Não tem rodovia. O deslocamento é de barco ou avião. Por lá a internet é precária, compras e fornecedores – tudo é muito difícil. O custo é alto, o tempo de entrega supera qualquer expectativa.”

Somada a tudo isso, a falta de pessoal é um dos maiores entraves para a Justiça Federal do Amazonas. Mas, apesar dos problemas com a informática, o computador se tem tornado um grande aliado na região. “Um das possibilidades é usar com mais frequência as rotinas informatizadas já existentes, como o malote digital, que é uma ferramenta muito importante. Reduz tempo e número de servidores

para realizar os serviços”.

A falta de pessoal também é um grave problema no Acre. A diretora do Núcleo Judiciário, Nargilene Marques Dourado de Almeida, representando o diretor da seção administrativa da seccional do Acre, explicou no encontro que, em razão da deficiência de pessoal, os novos servidores acabam colocando a mão na massa, sem tempo para conhecer a realidade do local de trabalho e as atividades dos colegas. “Muitas vezes o que nós vemos é que, pela concentração de conhecimentos, há um prejuízo na sequência do desenvolvimento das tarefas.”

Uma solução alternativa foi adotada pela Bahia. “Nós fazemos treinamentos com novos servidores, estagiários e terceirizados. Fazemos uma semana de treino para que eles conheçam núcleo por núcleo da Justiça, tenham ideias de práticas cartoriais, conheçam a área administrativa, pois assim eles se sentem mais seguros no seu trabalho, rendem mais, e isso faz com que a casa cresça. Isso retorna em benefício para a própria casa e para a Justiça”, disse a diretora da seção administrativa da Bahia, Iolanda Doria.



Dirigentes visitam canteiro de obras da nova sede do Tribunal e conhecem os subsolos do futuro prédio



No segundo dia do encontro, os dirigentes das secretarias de administração (Secads) das seções judiciárias da Primeira Região, acompanhados de diretores de secretaria do Tribunal, visitaram o canteiro de obras onde está sendo construída a nova sede do Tribunal. O grupo foi recebido pelo engenheiro civil Rony Figueredo Corrêa e pelo arquiteto Luciano Lopes de Paula, que explicaram o andamento dos trabalhos da construção. Na ocasião, os visitantes puderam caminhar sobre a área onde serão erguidos os blocos da nova sede e conhecer os subsolos do prédio.

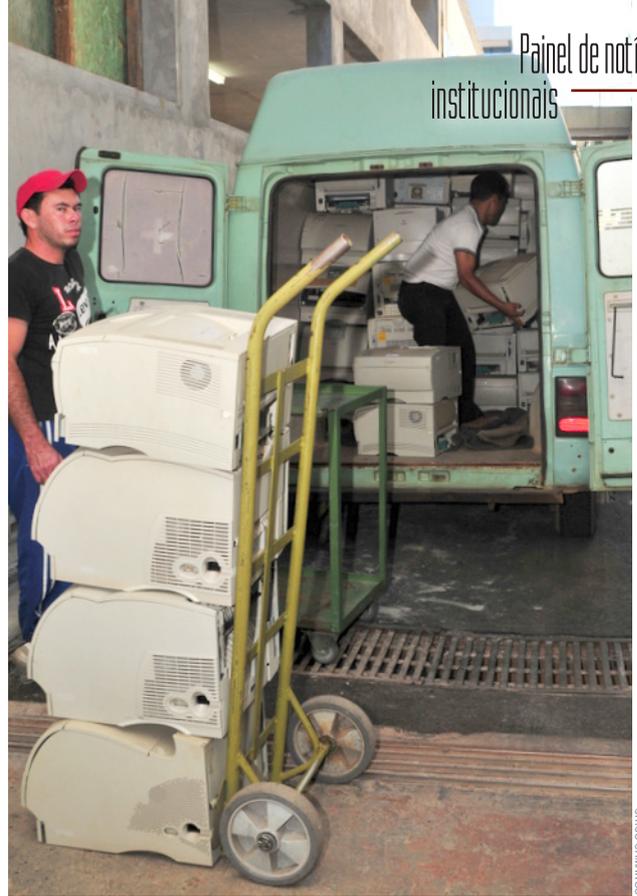
Na avaliação do diretor da Secretaria de Administração do TRF/1.ª Região, Ruitter Ramos, o evento permitiu à Secretaria tomar conhecimento das inúmeras dificuldades vivenciadas pelas seções judiciárias integrantes da 1ª Região. “De fato, foi possível constatar que o número insuficiente

de pessoal, a inexistência de espaço físico e os constantes problemas nos sistemas informatizados, constituem-se, hoje, na maior preocupação dos dirigentes de secretarias das seccionais. No entanto, o pouco tempo destinado ao evento, dois dias, impediu que se aprofundassem as discussões sobre assuntos de interesse comum, tais como: compras, transporte e segurança, licitações, contratos, comunicações administrativas, engenharia, execução orçamentária e financeira, material e patrimônio”, considera Ruitter.

Apesar da distância imposta pelas dimensões continentais da Primeira Região, encontros como esse aproximam realidades tão distintas. “Qualquer encontro em que se possam discutir matérias sobre a administração é muito rico, pois propicia a troca de experiências e informações entre as pessoas”, avaliou o diretor-geral do TRF, Felipe dos Santos Jacinto. ■

TRF doa bens inservíveis à entidade civil

EQUIPAMENTOS VIRAM SUCATA QUE SERÁ RECICLADA



CHICO CAMARGO

CHICO CAMARGO

A Missão Internacional da Paz (MIP), uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) sediada na cidade satélite de Sobradinho II, em Brasília/DF, recebeu no dia 18 de agosto, 102 impressoras doadas pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região. Os equipamentos foram considerados antieconômicos pela Comissão Especial de Avaliação, Incorporação e Baixa de Bens do Tribunal.

Segundo representantes da entidade que estiveram na Divisão de Material e Patrimônio (Dimap) do TRF, órgão que coordena os procedimentos de alienação de bens móveis, as máquinas serão desmontadas e, depois de separados, os materiais plásticos e os metálicos serão vendidos como sucata para reciclagem. O lucro resultante é aplicado na aquisição de cestas básicas e materiais de primeira necessidade, como lençóis, colchões e cobertores que são distribuídos a pessoas e famílias carentes ou em situação de risco, como aquelas que se encontram em favelas ou sem abrigo.

O processo de doação, que no jargão da Administração Pública é “desfazimento de bens”, faz-se mediante publicação de edital que permite a participação de qualquer órgão público federal, estadual ou municipal, autarquias, empresas públicas ou sociedade de economia mista, entidades beneficiárias de assistência social, reconhecidas de utilidade pública pelo Governo Federal, e as organizações da sociedade civil de interesse público.

Segundo a Dimap, o Tribunal adota o procedimento da doação por dois motivos. O primeiro deles é a economia

processual, tendo em conta o baixo custo em relação à outra alternativa de desfazimento, o leilão, muito mais oneroso pelo dispêndio de tempo, de mão de obra e espaço físico para se expor o material a ser leiloado. O segundo é que, no leilão, o resultado auferido e, na maioria das vezes, não compensador, não fica com o órgão, mas com o Tesouro Nacional.

Outro ponto a ser observado para que a doação aconteça, conforme prevê a legislação, é que o Tribunal só pode se desfazer de mobiliário que esteja quebrado, sucateado. Os eletroeletrônicos geralmente estão queimados e velhos, com muito pouco ou nenhum valor comercial, porque não têm conserto ou porque não compensa consertá-los, dado o alto custo da reparação. A explicação também se aplica aos equipamentos de informática, cuja obsolescência é rápida. Por isso os bens são declarados antieconômicos, segundo estabelece o Decreto 99.658/90, quando sua manutenção for onerosa ou seu rendimento, precário.

O TRF instituiu a doação de bens inservíveis em 1992. Nesses 19 anos muitas mesas, cadeiras, armários, estantes, poltronas, telefones, frigobares, aparelhos de ar condicionado, ventiladores, livros, máquinas de calcular, microcomputadores, impressoras, roteadores, máquinas diversas, monitores de vídeo, aparelhos de fax, entre tantos outros objetos, todos, contendo de alguma forma metais, madeira ou plástico, tiveram como destino final a oportunidade de se transformar em algo que traga, ainda, benefícios à sociedade. ■

Piauí é sede da I Jornada de Ciências Sociais da Esmaf

CONFERÊNCIA DEBATE TEMAS JURÍDICOS DA ATUALIDADE.



IVANI MORAIS

A Seção Judiciária do Piauí foi sede, de 31 de agosto a 2 de setembro, da I Jornada de Ciências Sociais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região. A conferência reuniu magistrados e personalidades acadêmicas, que, durante dois dias, palestraram sobre temas jurídicos da atualidade.

O presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Olindo Menezes, abriu os trabalhos na manhã do dia 31 de agosto. Ao lado do diretor da escola, desembargador federal Carlos Eduardo Moreira Alves, o presidente destacou a importância de se promover a educação continuada, dentro da visão moderna que permeia os eventos promovidos pela Esmaf, como forma de integração entre os magistrados da Primeira Região. “É sempre auspicioso nós, magistrados, nos reunirmos para aperfeiçoarmos nossos conhecimentos, além de ser um momento de alegria e uma oportunidade de nos reencontrarmos, já que nós, juízes federais, vivemos dispersos pela nossa região, que

é continental”, afirmou.

Da mesma forma, o diretor da Esmaf, Moreira Alves, ao cumprimentar o público presente e todos aqueles que tornaram o evento possível, falou de sua satisfação em realizar o feito no Piauí, ressaltando a hospitalidade e a “calorosa acolhida” dos anfitriões, agradecendo a todos na pessoa do juiz federal diretor do foro, Carlos Augusto Pires Brandão. “Estamos tendo para muito além de um evento de estudos; tenho certeza de que, dentro de um ambiente tão hospitaleiro como este, teremos um maior aproveitamento possível nos dias de realização da jornada”, disse.

Conferência e conciliação: “Democracia, Cidadania e o Lugar do Magistrado no Mundo Globalizado” foi o tema da conferência de abertura proferida pelo professor doutor Agostinho Ramalho Marques Neto. O palestrante abordou o tema delineando os conceitos básicos de democracia, cidadania e ética, tendo como pano de fundo a origem grega e o monopólio das definições, este, nas



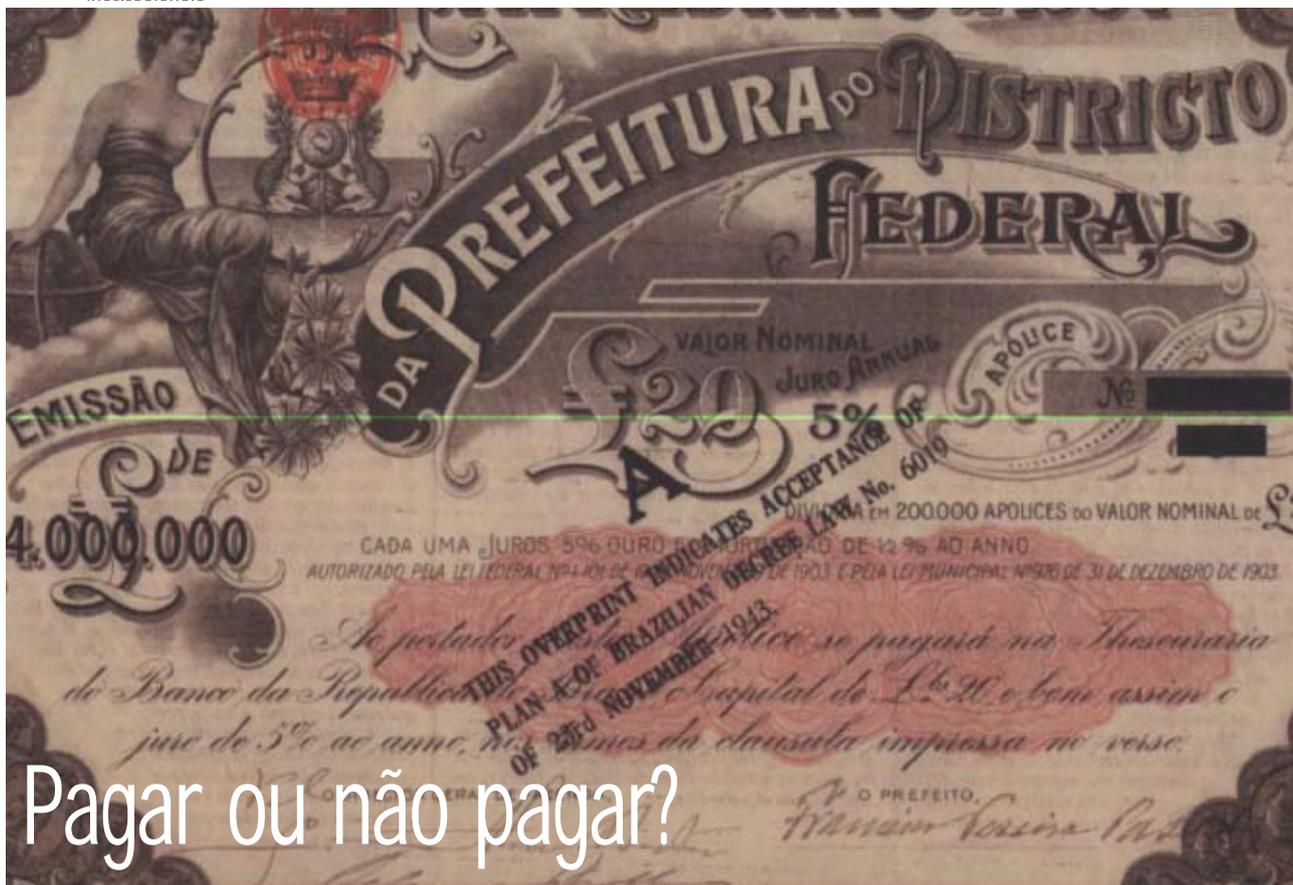
Abertura da II Jornada de Direito Civil: evento reúne mais de 80 magistrados federais

mãos de quem detém o poder de anunciar o direito.

Ainda como parte do evento, após a conferência de abertura, as autoridades participaram da entrega de baixas de hipoteca do Sistema Financeiro da Habitação a mutuários, resultantes de acordos firmados no mutirão que aconteceu na Justiça Federal do Piauí no período de 22 a 26 de agosto, em que foram realizadas 141 audiências, com 78 acordos homologados, representando um percentual de 55,32% de acordos e mais de 3,5 milhões de reais em valores negociados. Para o coordenador do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.^a Região, Reynaldo Fonseca, o trabalho dos núcleos de conciliação demonstra que o projeto de conciliação já deu certo e que ele muda o paradigma do litígio para a mediação. “As próprias partes construindo a sua solução com a colaboração de um pacificador, que é o juiz”. E continua: “O juiz deixa de ser o entregador de uma resposta do Estado para ser um colaborador, um facilitador na composição do conflito; isso é mudança de paradigma”, comemora.

A jornada foi encerrada no dia 2 de setembro, na sede da Justiça Federal do Piauí, onde foram debatidos os diversos temas, entre os quais “A teoria dos princípios e neoconstitucionalismo: o retorno do pêndulo”, “Ideologia patriarcal e direitos humanos das mulheres, discriminação e estereótipos”, “O problema do conhecimento e o problema ético no trabalho do magistrado”, “Direitos fundamentais, tensões principiológicas produzidas nos casos concretos e a superação do direito como sistema de regras” e “O Poder Judiciário e a opinião pública: o tempo do direito e o tempo da comunicação”.

Compuseram a mesa de honra, ainda, além do palestrante, os desembargadores federais João Batista Moreira e Reynaldo Fonseca, o superintendente da Caixa Econômica Federal do Piauí, Emanuel do Bonfim Veloso Filho, e o presidente da Associação dos Juizes Federais da Primeira Região, Roberto Carvalho Veloso. Prestigiaram o evento, entre outras autoridades, o juiz federal em auxílio à Presidência, José Alexandre Franco. ■



Pagar ou não pagar?

CONFERÊNCIA DA ESMAF SUSCITA DISCUSSÃO SOBRE A VALIDADE DE APÓLICES ANTIGAS DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA. CENTENAS DE MUTUÁRIOS BUSCAM NA JUSTIÇA O RESGATE DO DINHEIRO EMPRESTADO AO GOVERNO NO SÉCULO PASSADO

RICARDO CASSIANO

Quem pagaria por um recorte envelhecido de papel, datado dos tempos pós “Brasil Império”, a cifra de R\$ 394.000.000,00? A quantidade de dígitos impressiona! – mais ainda por se tratar de apenas uma entre inúmeras apólices, com valores supostamente corrigidos com base na cotação do ouro. Mas o que para alguns é sinônimo de obstinação, para o Estado, emissor do tal papel e responsável pelo resgate, não passa de utopia. Há décadas, títulos da dívida pública externa em libras esterlinas seguiram o destino de diversas outras apólices vendidas por governos antigos e passaram a valer nada mais que R\$ 0,00. As discussões em torno de sua legitimidade, contudo, vigoram até hoje e chegam a conta gotas à Justiça Federal.

Atualmente, cerca de 1,1 mil títulos “podres” negociados em libras esterlinas estão nas mãos de cidadãos brasileiros, ingleses e de diversas outras nações. Eles foram emitidos ao longo de 50 anos, entre 1889 e 1939, pelo governo federal e por estados e municípios interessados em arrecadar recursos para bancar, essencialmente, o financiamento de grandes obras públicas e investimentos em infraestrutura. Defensor de aproximadamente 600 mutuários dessas apólices, o advogado e professor Habib Tamer Badião aceitou

o convite da Escola de Magistratura Federal da 1.ª Região (Esmaf) para tratar do tema, no dia 22 de agosto. Palestrou sobre a “Dívida externa brasileira em libras esterlinas” a magistrados e servidores, no Salão Nobre da Corte, em continuidade ao ciclo de palestras da Esmaf.

O conferencista iniciou o discurso questionando a autonomia financeira das instituições governamentais – especialmente o Banco Central – que, segundo ele, se distanciaram da população após a criação do Sistema Financeiro Nacional, em 1964, e a extinção da Caixa de Amortização. “A partir disso, não tivemos mais a interação entre o cidadão e o sistema financeiro”, afirmou. Ao defender a validade dos títulos da dívida externa em libras esterlinas, Badião questionou as recorrentes decisões judiciais sobre o tema. Afirmou que a Justiça tem anulado os títulos, com base em uma interpretação da Lei 4.069/62, que determinou a prescrição dos créditos correspondentes ao resgate de títulos da dívida interna. O palestrante frisou que as apólices da dívida externa ainda vigoram, de acordo com o Decreto-Lei 6.019, de 1943, e devem ser renegociadas e pagas. “O governo não pode mudar, unilateralmente, um direito adquirido”, defendeu.



Decreto 6.019/43

Na década de 40, com o objetivo de regularizar dívidas do país no exterior, o Governo Federal promoveu ampla negociação com credores internacionais, representados por duas entidades de detentores de títulos públicos no exterior: a The Council of the Corporation of Foreign Bondholders, de Londres, e a Foreign Bondholders Protective Council, de Nova Iorque. Como resultado dos entendimentos, foi editado o Decreto Lei n.º 6.019, ainda em vigor, autorizando a retomada dos pagamentos da dívida mobiliária em dólares e em libras. Todos os papéis em dólares americanos foram resgatados, com a última chamada feita em 1978. Quanto aos títulos em libras, ainda há um estoque reduzido em circulação.

DECRETO

Todas as questões relativas aos papéis comercializados em libras giram em torno de uma norma única, clara e em vigor. O Decreto-Lei 6.019, assinado por Getúlio Vargas, consolidou as apólices como créditos válidos e estipulou regras para o pagamento de cada título. Os documentos foram enquadrados em dois planos, dada aos portadores a opção de escolha. O "Plano A" mantinha o valor nominal e original do título, com a fixação de novas taxas de juros definitivas. Já o "Plano B" reduzia o valor de face do título, o que era compensada por pagamentos em dinheiro baseados em juros e quotas de amortização diferenciados. Em alguns casos, o valor nominal foi reduzido a 12% do total.

Com base nesses parâmetros, milhares de mutuários fizeram o resgate ao longo das últimas décadas. Outro grupo, porém, manteve os títulos guardados por acreditar que não haveria prescrição ou simplesmente por perder o prazo para reaver o dinheiro investido.

É praticamente impossível calcular, com exatidão, o saldo dessas apólices em valores atualizados. Mas estima-se que a soma poderia superar a marca de 150 bilhões de reais: cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro medido em 2010 – R\$ 3,67 trilhões. Os valores astronômicos, porém, são ignorados pelo Governo Federal. Conforme prevê o Decreto 6.019/43, ano após ano uma fatia do orçamento da União, dos estados e municípios é destinada ao pagamento dos títulos da dívida pública. Mas os repasses são largamente inferiores. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2011 destina apenas R\$ 2,7 milhões para liquidar os papéis antigos emitidos em libras e em dólar.

Segundo levantamento feito há dois anos pelo professor de economia da Universidade de São Paulo (USP), Ulisses Ruiz de Gamboa, junto à Universidade da Califórnia (Ucla), os créditos orçamentários da União e dos estados do Rio

de Janeiro – antigo Distrito Federal – e de Belo Horizonte para execução da dívida pública em libras no ano de 2006 foram estimados em R\$ 2,1 milhões. Naquele ano, o Rio de Janeiro considerou apenas dois títulos, emitidos em 1904 e 1927, enquanto o Estado de Belo Horizonte descriminou outros dois papéis, datados de 1905 e 1928. Ficaram de fora da dotação orçamentária dezenas de outros lotes de apólices negociados no início do século passado. A Associação Nacional de Defesa dos Credores da União, Estados e Municípios (ANDECRE) identificou 65 emissões de títulos entre 1890 e 1942, incluindo os papéis da dívida interna. Vinte e três delas partiram do Governo Federal, 31 de estados e 11 de municípios.

No estudo intitulado "Reestimando a Razão Dívida Pública / PIB: 'Esqueletos Fiscais' e Comportamento 'Novo Ricardiano'", o professor Ulisses Gamboa reconhece 41 emissões em libras esterlinas do período de 1883 a 1931. São nesses lotes que estão incluídas as milhares de apólices baseadas na moeda inglesa que somam os mais de R\$ 150 bilhões, segundo projeção do autor com base num índice próprio de atualização monetária.

Os papéis, hoje condenados, tiveram uma função essencial na arrecadação de recursos, não apenas para financiar grandes obras como também para tapar rombos orçamentários e manter a máquina pública funcionando. Mas com o passar dos anos, à despeito do compromisso firmado com os credores, o Estado criou incontáveis mecanismos para invalidar os títulos ou postergar o pagamento. "Durante o regime republicano, o governo brasileiro utilizou-se diversas vezes do *default* e da renegociação da dívida pública interna e externa para alcançar de forma forçada o equilíbrio intertemporal do orçamento público", pontua Gamboa. "A forma mais sutil desse comportamento está dada pela subestimação da dívida pública interna e externa", completa.



RESGATE

O atual governo afasta a ideia de “subestimação” da dívida. Questionado sobre a situação dos títulos vendidos em libras esterlinas, o Ministério da Fazenda afirma tratar-se de documentos prescritos ou que devem ser resgatados fora do país – nos casos de apólices com validade reconhecida. “Foram títulos emitidos no exterior, sob as leis do exterior e pra credores do exterior”, defende o coordenador-geral de Controle da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Antônio de Pádua Passos. Ele explica que os papéis foram negociados em bancos da Inglaterra e comprados por cidadãos ou instituições inglesas, e diz desconhecer a razão pela qual centenas de brasileiros detêm, hoje, a posse dos títulos.

O sistema adotado pelo governo para liquidar as dívidas públicas em libras esterlinas seguiu um rito estabelecido logo após o presidente Vargas baixar o Decreto 6.019/43. “A partir dessa data, ele constituiu agentes lá fora para fazer o pagamento desses títulos e, para isso, depositava periodicamente o dinheiro numa conta que o Brasil tinha junto a esses agentes”, explica Pádua. Segundo o coordenador, cada vez que um credor procura o banco para resgatar o valor do título, o governo brasileiro é contatado e faz o depósito do valor correspondente. O último repasse foi formalizado há quase quatro anos.



Fique de olho!

Atualmente, o governo emite apenas três tipos de títulos:

- Letras do Tesouro Nacional – LTN
- Letras Financeiras do Tesouro – LFT
- Notas do Tesouro Nacional – NTN

Eles são disponibilizados preferencialmente para financiamento de curto e médio prazos, de acordo com a Lei 10.179/2001.

O Tesouro Nacional alerta quanto à comercialização de títulos falsos.

Mais informações, no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br

Nesse trâmite, porém, um “pequeno” detalhe chama a atenção: o não reconhecimento dos juros. Os títulos emitidos em papel traziam, na própria face, o valor da taxa anual que seria cobrada semestralmente sobre o valor nominal. Variava de 3% a 7%. Embora reconheça as condições impressas na apólice como legítimas, assim como a renegociação advinda do decreto de Getúlio Vargas, o Estado nega-se a pagar os títulos acrescidos de juros. “Ele [o título] vale pelo valor nominal ou com algum deságio que foi previsto em decreto. Se está escrito duzentas libras, são duzentas libras. Não existe correção monetária”, frisa Antônio de Pádua. Isso significa que, na hipótese de ser aceita pelo governo, a apólice mencionada no início desta matéria – estimada em R\$ 394 milhões pela Associação Nacional dos Mutuários da Dívida Pública – poderia valer míseros 280 reais, de acordo com a cotação atual das 100 libras esterlinas pagas há mais de oito décadas.

Juros à parte, outro fator instigante aquece as discussões sobre os parâmetros de correção monetária. Na época em que os títulos foram negociados, parte das transações financeiras era baseada no valor do ouro. Para o presidente da associação dos mutuários, Habib Tamer Badião, deveria ser esse o referencial dos papéis vendidos em libras esterlinas. Com a cotação do metal em disparada nos últimos anos, a correção seria exorbitante. Por isso, Badião defende que o governo adote como referência a taxa básica de juros e faça o resgate dos títulos em moeda brasileira. “O Brasil tem, urgentemente, que renegociar e transformar em Selic porque senão não consegue pagar”, asseverou durante a palestra no Salão Nobre do Tribunal.

PRESCRIÇÃO

A proposta do conferencista é, de pronto, recusada pelo Tesouro Nacional, que nega a possibilidade de indexação da dívida e de pagamento em território nacional. No que depender da disposição do governo, nenhum centavo sairá diretamente dos cofres públicos para a

conta bancária de mutuários. "Ele [o título] é pagável somente no exterior, somente o agente de lá tem condições de verificar se ele é autêntico", reforça Antônio de Pádua. Em um dos pontos mais fundamentados nas ações que correm na Justiça Federal, a defesa dos portadores das apólices afirma que, mesmo após vencido o prazo para resgate, a compensação deve ser feita no Brasil.

O argumento baseia-se em uma das cláusulas impressas em diversos títulos. Ela determina que, 20 anos depois da data de vencimento, os "fundos apropriados para pagamento de cupons ou títulos não reclamados" sejam devolvidos ao estado emissor. "Os portadores destes deverão posteriormente se dirigir ao Estado", dita o texto em inglês. "Não conheço nenhuma legislação que dê amparo a isso. Nunca pagamos nenhum aqui dentro", rebate o coordenador de Controle da Dívida Pública. Segundo Pádua, mesmo se fosse possível transferir a responsabilidade, o governo brasileiro não faria o pagamento. Isso porque, nessa hipótese, os títulos estariam prescritos, com base no Código Civil. O artigo 206 prevê a prescrição de cinco anos após o vencimento.

Os tribunais regionais federais de todo o país têm recebido centenas de ações relacionadas à validade dos títulos. Em grande parte delas, mutuários tentam usar os créditos como moeda para abater imposto, como o IRPJ, PIS e Cofins. Valem-se de inúmeros dispositivos legais, muitos deles já revogados. Uma das leis em vigor, demandada principalmente por empresas de pequeno e médio porte interessadas em mitigar a carga tributária, é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 162 admite o pagamento de impostos com papel selado – documento que contém a chancela governamental, a exemplo das apólices antigas da dívida externa. Entretanto, nos casos julgados pela Justiça Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) a jurisprudência tem-se mantido no sentido de reconhecer a prescrição.

O principal argumento acatado pelos magistrados é a falta de liquidez dos títulos "podres". O artigo 170 do CTN só autoriza a compensação tributária entre créditos e débitos recíprocos. "É legítima a recusa da autarquia previdenciária em receber títulos emitidos pela Fazenda Federal há mais de 100 anos, pois os mesmos são de

validade jurídica discutível, de difícil resgate, sem qualquer atrativo no mercado e cotação em Bolsa de Valores", frisou o ministro Herman Benjamin em recente decisão do STJ que negou o recurso apresentado por uma transportadora.

Enquanto o governo não reconhecer a validade dos títulos, o entendimento da Justiça deve permanecer inalterado. Para o professor Ulisses Gamboa, a mudança de atitude poderia ser benéfica para o próprio Estado. Isso porque, segundo ele, a sustentabilidade da política fiscal brasileira não seria afetada pela atualização correta dos valores das apólices que constituem esse "esqueleto fiscal". O economista acredita que, nessa hipótese, a razão dívida/PIB sofreria uma leve alteração que poderia ser compensada por um possível aumento na procura pelos títulos públicos disponíveis hoje, decorrente de um verdadeiro "choque de credibilidade". "Os títulos públicos seriam vistos, finalmente, como aqueles de menor nível de risco, podendo então ser oferecidos a uma taxa menor que outras alternativas de baixo risco", avalia Gamboa.

Essa possibilidade, contudo, parece estar descartada. O governo brasileiro tem por hábito postergar até os pagamentos impostos por decisão judicial. Os precatórios que representam dívidas atrasadas da União, dos estados e municípios, decorrentes de salários, pensões e aposentadorias, indenizações por desapropriações ou pagamento de serviços, costumam levar anos para serem pagos a pessoas e empresas. Atualmente, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o valor total dessas dívidas supera os R\$ 85 bilhões. A validade de uma emenda à Constituição (EC n.º 62/2009) que flexibiliza o pagamento – com prazo de 15 anos – está em análise, desde junho, no Supremo Tribunal Federal. Ainda não há data para que a matéria seja levada ao plenário. ■

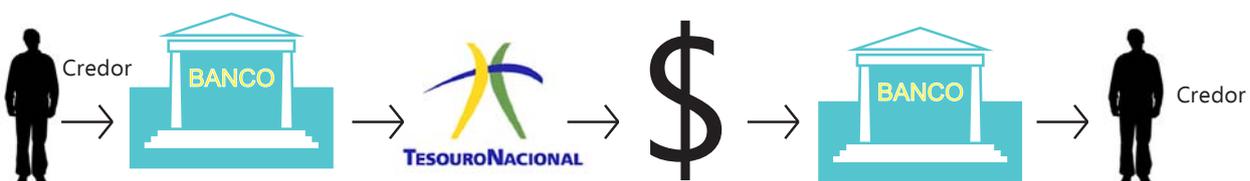
DÍVIDA PÚBLICA

Do orçamento de quase R\$ 2 trilhões aprovado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano fiscal de 2011, R\$ 674 bilhões devem ser destinados ao pagamento da dívida pública.

Isso significa que o governo gastará 1/3 de todo o dinheiro arrecadado pelos cofres públicos para pagar juros e parte do dinheiro emprestado ao longo dos anos. Os empréstimos servem para cobrir "rombos" orçamentários ou financiar grandes projetos e obras públicas.

RESGATE

Desde a publicação do Decreto-Lei 6.019, em 1943, o governo brasileiro faz o resgate dos títulos em libras mediante convênio com um agente bancário inglês. Após o portador da apólice procurar o banco e o título ser considerado autêntico e válido, o Tesouro Nacional é comunicado e transfere o dinheiro. O pagamento é feito sem incidência de juros e correção monetária.



TRF da 1.^a Região lança Programa de Educação Financeira

SERVIDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO APRENDEM
A GERENCIAR RECURSOS FINANCEIROS PESSOAIS E
EVITAR O ENDIVIDAMENTO

MAURO PUTINI



Professora Vera Catalão, professor Vital Fagundes e psicóloga Adriana Rodrigues

No dia 5 de agosto aconteceu, no Salão Nobre do TRF da 1.ª Região, o lançamento oficial do Programa de Educação Financeira, de iniciativa do Programa de Qualidade de Vida, Vida Legal, que é vinculado à Secretaria de Recursos Humanos (Secre).

Ao abrir o evento, a diretora da Secre, Ruth Vaz, disse que, com a ciência do alto índice de endividamento dos servidores da Casa, a Secretaria decidiu criar o programa como forma de estar ao lado do servidor na solução de seus problemas financeiros. A servidora Vanessa Siqueira, também da Secre, apresentou o programa e acrescentou que o curso será composto de encontros teórico-vivenciais, abordando temas como orçamento, aspectos emocionais do consumo, mudanças de paradigma e reestruturação de gastos e dívidas, entre outros. Esclareceu ainda que o curso terá duração de um mês.

A professora Vera Catalão, mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), abriu o ciclo de palestras do painel “Como conquistar sua independência financeira”. Ela abordou o tema “O consumo consciente”. Para Vera, “é preciso mudar o foco dos desejos, pois, da maneira como são atualmente, trazem muita infelicidade às pessoas”. A professora disse que é necessário estarmos sintonizados com nossos desejos interiores, e não com os produzidos por forças externas, que nos fazem perder a autonomia e nos distanciam do consumo consciente. Em seguida, a psicóloga Adriana Rodrigues, especialista em análise comportamental, falou sobre os “Aspectos Comportamentais e Emocionais do Uso do Dinheiro”. Segundo a psicóloga, fatores emocionais de que não nos damos conta, tais como bagagem familiar e crenças, influenciam nossa atitude em relação ao dinheiro.

O terceiro palestrante foi o professor Vital Fagundes, que discorreu sobre “Gestão das Finanças Pessoais”. Vital afirmou que “através da qualidade de vida – e a educação financeira está incluída – temos possibilidade de mudar nossas vidas”. O professor entende que a gestão das finanças pessoais deve ser vista como algo simples e agradável, que leva à realização de sonhos.

A preocupação do Tribunal com o tema é tamanha que

no mês de julho foi realizada, no Salão Nobre, a oficina de educação financeira “Plantando para o Futuro”. Também desenvolvida pelo Programa Vida Legal, a iniciativa foi direcionada aos filhos de servidores e prestadores de serviços, com idade entre seis e oito anos. A oficina teve como finalidade estimular o uso correto do dinheiro, promover

OBJETIVOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA



- Melhorar a administração financeira pessoal e a qualidade de vida dos servidores do TRF/ 1.ª Região e seus familiares;
- Informar e esclarecer sobre aspectos emocionais que bloqueiam e impedem uma vida financeira sadia;
- Trabalhar esses bloqueios inconscientes para abrir espaço à abundância;
- Fornecer informações atualizadas, neutras e abrangentes sobre gestão financeira pessoal;
- Apresentar estratégias, modelos e técnicas para uma gestão financeira pessoal e de investimentos eficiente e segura.



FOTOS: MAURO PUTINI

Coordenadores e crianças participantes do curso



Álvaro entregou o certificado de participação às crianças

Crianças produzem os próprios cofrinhos

reflexões e pequenas mudanças de hábitos e atitudes no que se refere à educação financeira.

Os trabalhos foram coordenados pelo administrador Álvaro Modernell e pela psicóloga Alessandra Simões e, durante a oficina, as 21 crianças presentes ouviram histórias e responderam a questões sobre educação financeira, conversaram sobre a importância do dinheiro e, na parte prática, produziram cofrinhos. Elas também foram conscientizadas sobre a diferença entre “precisar comprar” e “desejar comprar”, e receberam um certificado.

O Programa de Educação Financeira surgiu com o intuito de despertar a consciência das pessoas sobre a importância da gestão financeira pessoal para a promoção da qualidade de vida e também para que possam tomar conhecimento de ferramentas que poderão contribuir para uma vida financeira estável, que oportunize a construção de projetos de vida, juntamente com um estilo de vida benéfico ao

bem-estar pessoal, familiar e social.

O programa irá disponibilizar informações sobre a gestão de finanças, demonstrar como o dinheiro influencia nossas vidas, bem como alertará para a contribuição e a interferência do aspecto emocional do indivíduo em sua vida financeira. Segundo a Secretaria de Recursos Humanos (Secre), ao lançar mão das ferramentas aprendidas e habilidades desenvolvidas durante o programa, o servidor poderá tomar decisões mais acertadas e de menor risco, que contribuirão para o seu bem-estar financeiro.

Também foi realizada enquete eletrônica como parte do programa. O objetivo foi saber como as pessoas lidam com o assunto “dinheiro”. Como o Programa de Educação Financeira do Tribunal abordará não só a gestão das finanças pessoais, mas também os aspectos emocionais relacionados ao dinheiro, a enquete também foi um modo de estimular o consumo consciente e sustentável. ■



Entre você e eu/ entre você e mim

▼ MÁRCIA MURÇA BARROSO

Normalmente o hábito tem mais força do que a vontade de acertar. Essa característica do comportamento gera situações muitas vezes constrangedoras para aqueles que, cientes do certo e do errado, acabam em direção ao segundo por algum hábito adquirido. Já ouvimos frases que denotam todo descontentamento de seus elaboradores depois de perceber terem incorrido em erro porque não conseguiram policiar-se o suficiente. Quem já não se viu em situação assim?

Esse comportamento fica bastante evidenciado em estudos sobre o modo de utilização do idioma. Os usuários de uma língua, quando conhecem alguma das normas dessa língua só depois de consolidada sua expressão verbal, sentem grande dificuldade de substituir a construção espontânea do hábito pelas construções orientadas das regras gramaticais.

Isso é o que ocorre quando se usa a expressão “entre você e eu”. Todos sabem que o pronome “eu”, assim como o “tu”, é pronome pessoal reto, ou seja, aparecerá em construção na qual ele se encontre livre de uma regência com preposição, numa relação direta e de independência com outros elementos da frase, como sujeito ou, raramente, predicativo do sujeito. Em “Ele apresentou seu voto”, por exemplo, o pronome “ele” é independente, na oração, de qualquer termo que a esteja formando, pois é núcleo do sujeito dessa oração.

Na frase “Ele ficou entre você e eu” há coordenação dos elementos grifados, o que nos faz logo crer na função equivalente que têm os dois. Esses dois elementos, “você” e “eu”, estão subordinados ao verbo “ficar” por meio da preposição “entre”. Visto que o sujeito é sempre independente de qualquer outro termo da oração, imediatamente se pode concluir que na frase exemplificativa o emprego de “eu”, pronome reto, está equivocado. Deve-se usar “Ele ficou entre você e mim”

Pode parecer estranho para alguns empregar frases como essa, mas, embora tenha o hábito força suficiente para isso, outro hábito pode ser adquirido rapidamente por meio da persistência em utilizar a forma não contrária à lógica da Língua. Exercícios de fixação podem ajudar, assim como pensar em algumas frases construídas pela mesma lógica.

Vejam:

“Ele agiu contra ti” (e não “contra tu”).

“Mentiste perante mim” (e não “perante eu”).

“Ele vai depois de ti” (e não “depois de tu”).

“Você vai sem mim?” (e não “sem eu”).

“Ele zombou por trás de ti” (e não “por trás de tu”).

“O professor emprestou o livro para mim” (e não “para eu”).

“Para mim, escrever é um prazer” (e não “para eu”).

No último exemplo, a convicção de que o pronome não é sujeito e de que, portanto, se deve usar “mim”, e não “eu”, forma-se pelo fato de estar claro ser apenas “escrever” o sujeito da oração, bem como de a preposição “para” ligar-se ao pronome. Essa evidência é reforçada com o emprego, logo depois do pronome oblíquo “mim”, da pausa. A frase corresponde a “Escrever é um prazer para mim”... (e não “para eu”). Já em “Você me deu o lápis para eu apontar”, apesar de haver aparente subordinação do pronome “eu”, o que se subordina por meio da preposição – trazendo-se agora ensinamento do mestre Bechara – é, na verdade, o verbo no infinitivo (“apontar”), cujo sujeito é o pronome reto. ■



Encerrada a correição ordinária na Justiça Federal do Pará

CORREGEDOR-GERAL, CÂNDIDO RIBEIRO, DESTACA O BOM FUNCIONAMENTO DAS VARAS FEDERAIS

PAULO BEMERGUY/ SECOS PARÁ

No dia 5 de agosto, o corregedor-geral da Primeira Região encerrou os trabalhos correcionais nas nove varas federais que funcionam em Belém e nas varas únicas instaladas nas subseções da Justiça Federal dos municípios de Santarém, Altamira, Castanhal e Redenção. A Subseção de Marabá não foi incluída porque lá houve correição no ano passado.

A correição deste ano foi acompanhada pelo diretor do foro da SJPA, juiz federal Daniel Santos Rocha Sobral, titular da 7.ª Vara, especializada em execuções fiscais. A equipe do desembargador Cândido Ribeiro foi integrada pelos juízes federais em auxílio à Corregedoria, Lino

Oswaldo Sousa Segundo e César Cintra Jathay Fonseca, e pelo juiz federal Saulo José Casali, atualmente em auxílio permanente à Corregedoria-Geral.

A abertura dos trabalhos aconteceu no dia 25 de julho, mas foi na solenidade de encerramento que o corregedor ressaltou o bom nível de funcionamento da justiça federal do Pará ao afirmar que a tendência é que os trabalhos melhorem ainda mais, embora sejam necessários ajustes que compatibilizem a atual estrutura do Judiciário com a demanda sempre crescente de processos.

Na ocasião, o desembargador Cândido Ribeiro reconheceu que há um descompasso entre o crescimento da



FOTOS PAULO BEMERGUY

Público no auditório da Seccional prestigia a abertura dos trabalhos



Corregedor-geral da Primeira Região, desembargador Federal Cândido Ribeiro, e o diretor do foro da SJ/PA, juiz federal Daniel Sobral, durante a abertura da correição

Justiça Federal, em franco processo de interiorização, e o reduzido quadro de servidores que atuam na área administrativa, indispensável para dar suporte às novas varas federais. O magistrado considerou, no entanto, que muitas vezes há obstáculos para a criação de cargos, que precisa de aprovação do Poder Legislativo. O corregedor também ressaltou que o objetivo principal de trabalhos correcionais é detectar falhas e adotar soluções para corrigi-las.

Em discurso, o diretor da SJPA, Daniel Sobral, destacou que uma atividade correcional não tem por fim impor punições a ninguém, mas avaliar o andamento dos trabalhos, tanto nas varas como no setor administrativo, além de apresentar sugestões que possam aperfeiçoá-los. O magistrado observou ainda que um dos grandes

desafios da Justiça Federal atualmente, não apenas no Pará, como em toda 1.^a Região, é ampliar o setor administrativo, que continua com a mesma estrutura, muito embora estejam sendo criadas mais varas, sobretudo no interior dos estados.

As correições ordinárias ocorrem a cada dois anos. Durante os trabalhos, uma equipe de magistrados e servidores da Justiça Federal de outros estados, tendo à frente o corregedor regional, avalia a produtividade de magistrados e oficiais de justiça, a quantidade de processos que estão à espera de decisões, despachos e sentenças por tempo acima do previsto em lei, e faz um levantamento das informações que julgar necessárias para o bom funcionamento da seccional. ■



Mutirão Judiciário em Dia: 16 mil processos julgados

APÓS SEIS MESES DE TRABALHO, MAGISTRADOS JULGAM UM TERÇO DAS AÇÕES INGRESSAS NO TRIBUNAL ATÉ 2006. MUTIRÃO SERÁ FINALIZADO EM DEZEMBRO

RICARDO CASSIANO

Os magistrados envolvidos no Mutirão Judiciário em Dia, em curso no TRF da 1.^a Região desde fevereiro, fizeram a quarta reunião para avaliar o andamento dos trabalhos, no dia 9 de agosto, no Salão Nobre do tribunal. Após seis meses de atividades, os 14 juízes federais que integram as sete turmas suplementares criadas para o mutirão atingiram o número de 16 mil processos julgados.

Com o saldo, a média mensal de julgamentos subiu de 2,5 mil para 2,8 mil processos, na comparação com dados da última reunião avaliativa, ocorrida no dia 7 de junho. “Espero que a gente continue nessa marcha para que, ao final do mutirão, consigamos um resultado ainda mais expressivo”, afirmou o presidente do Tribunal, desembargador federal Olindo Menezes.

O mutirão, iniciado no dia 7 de fevereiro mediante convênio com o Conselho da Justiça Federal (CJF) e com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), teria, a princípio, duração de seis meses. Mas, a pedido da Presidência do Tribunal, o CNJ permitiu a manutenção das turmas suple-

mentares até o fim do ano. O coordenador do “Judiciário em Dia” no âmbito da 1.^a Região, juiz federal Saulo Casali, aposta que haverá fôlego extra para cumprir a meta de julgar parte dos 35 mil processos restantes. “Acredito que consigamos estabelecer uma média de três mil processos por mês daqui para a frente”, sinalizou.

Ao assumir o compromisso com o mutirão, os magistrados encontraram um acervo de 51 mil ações ingressas no Tribunal até o fim de 2006. Os processos são alvo do “Judiciário em Dia”, idealizado para garantir o cumprimento da Meta 2 do Judiciário – estipulada em 2010 pelo CNJ – que prevê o julgamento de todos esses processos mais antigos. Entre o montante, há milhares de ações protocolizadas há mais de dez anos. “Nos anima compreender que estamos tratando de problemas que, efetivamente, ganham solução (...) Toda a equipe vai chegar ao fim do ano sabendo que cumpriu o dever para com o Tribunal, a Justiça e o jurisdicionado”, observou o juiz federal Saulo Casali.



“Se [o mutirão] encerrasse hoje, já teríamos feito uma coisa extraordinária”

Presidente Olindo Menezes

Coordenador Saulo Casali
anuncia prorrogação do mutirão:
meta de três mil processos
mensais por juiz até dezembro

O magistrado frisou a importância da mobilização de várias unidades do Tribunal, entre elas as turmas de julgamento, a Diretoria-Geral, o Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag), e a Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin).

ENTRAVES

Durante a reunião avaliativa, o presidente Olindo Menezes apontou desafios que ainda precisam ser vencidos. A força de trabalho nas turmas suplementares – dois servidores e três estagiários – é enxuta devido a limitações de ordem orçamentária e de pessoal. Além disso, os juízes federais se dividem em pequenos gabinetes montados nos edifícios Cabo Frio e Dona Martha, em Brasília. O Tribunal tenta ampliar a estrutura e obter mais espaços, em prédios vizinhos, para, inclusive, armazenar o acervo de processos. “Acho que o entusiasmo de todos é o que me permite dizer que vamos superar as dificuldades”, ponderou.

O otimismo do presidente estende-se ao andamento das sessões das turmas suplementares. Embora reconheça que seja “humanamente impossível” julgar todo o restante dos processos de Meta 2 com a atual estrutura, o magistrado projeta o julgamento total de, pelo menos, 30 mil ações até o fim do mutirão. “Se encerrasse hoje já teríamos feito uma coisa extraordinária... já é uma experiência vitoriosa, reconhecida por todos nós e pelos tribunais superiores”, afirmou. Os dados referentes ao “Judiciário em Dia” e a atualização semanal do “processômetro” estão disponíveis no sítio do Tribunal, no *banner* localizado na página principal.

Participaram da reunião – além do presidente e dos juízes das turmas suplementares – o desembargador federal Kassio Marques, que assumiu a presidência da 3.ª Turma Suplementar no início de julho; os juízes federais em auxílio à Corregedoria Regional (Coger), do CJF, Márcio Mafrá, Élio Wanderley e o juiz federal Ávio Mozar de Novaes. ■

ACRE

Turma Recursal dos JEFs apresenta número de julgados

No dia 3 de agosto, após o encerramento de mais uma sessão de julgamento da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Acre, foi realizado um balanço dos últimos três meses de atuação do Colegiado, o qual demonstrou os resultados alcançados no período. A Turma, que é composta pelos magistrados Régis de Souza Araújo – presidente, Luciana Raquel Tolentino de Moura e Guilherme Michelazzo Bueno, atinge a marca de 3.989 feitos julgados em cinco sessões ordinárias, realizadas entre os dias 13 de maio e 3 de agosto. Neste período, também prestaram colaboração os magistrados Alexandre Henry Alves e Alysson Maia Fontenele.

Em 8 de maio, havia 4.431 processos conclusos para julgamento, dos quais, 4.292 recursos nominados e 139 recursos de medida cautelar. No lapso de três meses, ingressaram na Turma outros 1.514 feitos, totalizando 5.945 processos conclusos para julgamento. Em contrapartida, foram relatados e julgados no mesmo período 3.989 recursos, o que possibilitou finalizar os trabalhos do dia 3 de agosto com um total de 1.956 processos conclusos para julgamento, divididos entre as três relatorias que compõem a Turma.

O presidente da Turma Recursal do Acre, Régis de Souza Araújo, ressaltou que a dinâmica de trabalho empreendida nesses meses somente vem sendo possível graças a um conjunto de ações coordenadas, compreendendo as atividades de planejamento com o estabelecimento de metas e a relativa reestruturação do quadro de recursos humanos, aliadas, sobretudo, aos esforços, dedicação, entusiasmo e

comprometimento dos magistrados e servidores que integram a unidade jurisdicional.

Por fim, frisou que durante longo espaço de tempo não havia magistrados em número suficiente na Seção Judiciária do Estado do Acre para a completa composição da Turma, o que dificultava o desenvolvimento dos trabalhos.

Fonte: Núcleo de apoio à Turma Recursal

RONDÔNIA

Realizado JEF itinerante no Vale do Guaporé

A Justiça Federal de Rondônia, em parceria com outros órgãos afins, realizou, de 8 a 12 de agosto, o primeiro Juizado Especial Federal no Vale do Guaporé, uma das regiões mais belas do Estado de Rondônia, onde existem também demandas sociais de diversos serviços que precisam ser oferecidos àquela comunidade ribeirinha.

A equipe do JEF, integrada por juízes e servidores, atendeu às comunidades dos municípios de Costa Marques e da cidade de São Francisco do Guaporé. Para chegar à Costa Marques, os integrantes da comitiva do JEF tiveram que percorrer 760 quilômetros, a partir de Porto Velho, sendo que, desse total, o percurso tem 280 quilômetros de estrada de chão. O esforço concentrado resultou no ajuizamento e apreciação de 605 processos.

Participaram da equipe do juizado itinerante quatro juízes federais, Bruno Christiano Carvalho Cardoso (4.ª Vara), Cláudio Henrique Fonseca de Pina (juiz substituto do JEF), Rodrigo Godoy Mendes (da 2.ª Vara) e Warney Araújo, da Vara de Ji-Paraná. Integraram, ainda, a equipe os servidores Francimeire Batista, Márcio Martins, Lucinéia Moura, Amanda Bezerra, Gemilson Coelho, Jaime Camacho, Ronaldo Rosa, Nilson Carlos e Odir Carvalho, além de um médico, procuradores do Instituto Nacional do Seguro Social e do Ministério Público Federal e membros da Defensoria Pública da União.



BAHIA

Mutirão de Conciliação do SFH celebra mais de 252 acordos

No dia 10 de agosto, ocorreu a solenidade de encerramento do segundo mutirão de conciliação do Sistema Financeiro da Habitação promovido pela Seção Judiciária da Bahia. A iniciativa resultou na celebração de 252 acordos, com aproveitamento de 80% das audiências e arrecadação superior a 13,8 milhões de reais. Presidiu a mesa dos trabalhos a desembargadora federal Neuza Maria Alves da Silva, representando o coordenador-geral do Sistema de Conciliação da Primeira Região, desembargador federal Reynaldo da Fonseca.

A desembargadora Neuza Maria Alves, em discurso, registrou o pioneirismo do TRF da 1.ª Região na conciliação em ações previdenciárias – que se iniciou ainda em 2007, para acordos em processos dos juizados e do 2.º grau – e a mudança de paradigma, da beligerância para a conciliação. “E tudo isso é resultante do envolvimento das pessoas. Portanto, estamos todos de parabéns”, concluiu.

Também compôs a mesa da solenidade de encerramento a diretora do foro da SJBA, juíza federal Cynthia Lima, a coordenadora do mutirão, juíza federal substituta Ana Carolina Fernandes, a defensora chefe da DPU na Bahia, Juliana Soares, a gerente nacional do contencioso da Caixa, Gisela Morone, o diretor executivo da EMGEA, Eugen Smarandescu, e o superintendente nacional de recuperação de ativos da Caixa, José Trevisan Ribeiro. A diretora do foro da SJBA, Cynthia Lima, lembrou que os mutirões foram concebidos pelo CNJ na pessoa da ministra Eliana Calmon, que teve papel decisivo e deu o primeiro sopro de vida ao projeto. Na ocasião, foram entregues pelos integrantes da mesa as cartas de baixa de hipoteca ou os comprovantes de contrato de compra a seis mutuários que fizeram acordos ou efetivaram a compra direta de seus imóveis.

GOIÁS

Mutirão de Conciliação

A Justiça Federal de Goiás promoveu, de 15 a 19 de agosto, a I Semana da Conciliação 2011 do Sistema Financeiro da Habitação. No período, foram homologados 101 acordos, o que representou um índice de 54,30%. O valor total das dívidas discutidas em juízo chegou a R\$ 57.985.092,62, sendo que o das dívidas negociadas foi de R\$ 17.553.299,24. A iniciativa foi coordenada pelos juizes federais Marcelo Meireles Lobão e Luciana Laurenti Gheller. As audiências foram conduzidas por sete juizes federais e sete prepostos da Caixa Econômica. A segunda etapa do mutirão de Goiânia está prevista para ocorrer de 26 a 30 de setembro deste ano.



RORAIMA

Nova Sede

O diretor do foro da Seção Judiciária de Roraima, juiz federal Helder Girão Barreto, está empenhado em solucionar um dos principais problemas que prejudicam a seccional desde a implantação da 3.ª Vara Federal: a falta de espaço.

Após as negociações, para entrega definitiva do terreno, com a Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Roraima, uma das providências adotadas pelo juiz para a construção da nova sede foi a inclusão do investimento no Plano Plurianual 2012-2015. O magistrado tem buscado apoio de parlamentares federais do Estado para apresentação e aprovação de emendas que garantam o repasse dos recursos necessários à realização do empreendimento.

No dia 15 de agosto, Helder Girão reuniu-se com o deputado federal Luciano Castro, coordenador da bancada de Roraima, e, em 18 de agosto, com a senadora Angela Portela (foto), que se comprometeram a trabalhar junto aos demais parlamentares para aprovação das emendas.

RORAIMA

Juiz é agraciado com a medalha do Pacificador

No dia 25 de agosto, uma cerimônia realizada no Setor Militar Marechal Rondon do Quartel-General da 1ª Brigada de Infantaria de Selva comemorou o Dia do Soldado. Na ocasião, o juiz federal Helder Girão Barreto, diretor do foro da Seção Judiciária de Roraima, foi agraciado pelo Exército Brasileiro com a Medalha do Pacificador. A condecoração, instituída em agosto de 1953 pela Portaria n.º 345, surgiu como evocação às homenagens prestadas ao Duque de Caxias por ocasião do sesquicentenário (150 anos) de seu nascimento. Em 1954, o Governo da República autorizou o uso da comenda nos uniformes militares e, desde 1955, é usada para agraciar os militares e civis que tenham prestado assinalados serviços ao Exército, elevando o prestígio da instituição ou desenvolvendo as relações de amizade entre o Exército Brasileiro e os de outras nações.



EDDES ANTONELLI



ASCOM/SECOJUS RO

RONDÔNIA

Justiça Federal de Rondônia e OAB regional firmam convênio

A Seção Judiciária de Rondônia e a Ordem dos Advogados do Brasil /RO firmaram acordo de cooperação, no dia 26 de agosto, para a utilização do petição eletrônico instituído pelo Processo Digital e-Jur. O acordo foi assinado em sessão plenária da Ordem e teve como signatários o diretor do foro da Justiça Federal, juiz federal Herculano Martins Nacif, e o presidente da OAB/RO, advogado Hélio Vieira da Costa.

A Justiça Federal, para efetivar o acordo, disponibilizará estrutura física e tecnológica e cederá as instalações da seccional para treinamento dos advogados no uso do sistema de processo digital e permitirá a representante da OAB o acesso à implantação do sistema de informação do processo judicial na unidade rondoniense da justiça de primeira instância. A Ordem, por sua vez, ficará encarregada de promover o treinamento de seus filiados, indicará representante para atuar com a Seção de Informática no desenvolvimento do sistema de processo digital e disponibilizará meios para proporcionar o acesso aos advogados associados.

Para o juiz federal Herculano Martins o convênio é mais uma ação conjunta da Justiça Federal e da OAB/RO para estreitar os laços entre as duas instituições. "No âmbito da Justiça Federal, acabamos de assumir o compromisso formal de dar à OAB, aos advogados, toda a estrutura física, de orientação e tecnológica, no sentido de que possa efetivamente protocolizar as suas postulações através do petição eletrônico, e para isso vamos oferecer a estrutura física e humana para que nenhuma advogado que atue na Justiça Federal saia de lá por quaisquer que sejam as dificuldades sem efetivar o seu petição eletrônico", declarou durante entrevista na OAB/RO.

Segundo o presidente da OAB/RO, Hélio Vieira da Costa, "o convênio é muito importante para a Ordem dos Advogados de Rondônia porque vai facilitar o trabalho dos advogados, dos juizes, servidores e também da advocacia rondoniense."

MINAS GERAIS

Subseção Judiciária de Manhuaçu realiza mutirões

No período de 8 a 12 de agosto, houve mutirão de perícias e audiências na Subseção Judiciária de Manhuaçu. A recém-inaugurada unidade da Justiça Federal de Minas Gerais – implantada em junho de 2011 – julgou, durante os cinco dias do esforço concentrado, 806 processos e efetuou 314 acordos. Ao todo, foram expedidas 635 requisições de pequeno valor (RPVs), que totalizam R\$3.973.284,32.

O juiz federal Murilo Fernandes de Almeida, à época diretor em exercício da Subseção de Manhuaçu e também coordenador dos JEFs de Minas Gerais, avaliou o saldo do mutirão: “Os resultados foram surpreendentes, considerando que foram incluídos no mutirão processos antigos ajuizados a partir de 2006 perante a justiça estadual por força da jurisdição delegada, redistribuídos para vara federal nos dias seguintes à sua inauguração. O mutirão marcou de forma muito positiva o início do funcionamento da vara federal em Manhuaçu, já que foram efetuadas, simultaneamente, 750 perícias médicas, 108 perícias socioeconômicas e 708



audiências de instrução e julgamento, registrando, no final, apenas 98 faltas. Todos os processos incluídos no mutirão são relativos a benefício por incapacidade e, apesar de serem antigos, ainda foi possível garantir-lhes o máximo de efetividade.”

No dia 12 de agosto foi encerrado o mutirão de audiências. Durante os dias de ação, participaram dos trabalhos 97 profissionais, entre magistrados federais substitutos, médicos, procuradores do INSS, servidores, assistentes sociais, voluntários, terceirizados, etc.

TOCANTINS

Mutirão do JEF: celeridade e compromisso social



Mais de cinco mil cidadãos, entre partes e testemunhas, foram beneficiados com o mutirão de audiências do Juizado Especial Federal, da Seção Judiciária do Tocantins, realizado no período de 29 de agosto a 3 de setembro. Em um esforço coletivo de magistrados e servidores, foram realizadas 1.737 audiências e serão pagos em benefícios previdenciários R\$ 7.583.384,28, referentes a valores retroativos. Além da prestação jurisdicional, a Justiça Federal firmou parcerias com instituições públicas, privadas e militares, o que garantiu aos jurisdicionados, durante o mutirão, a oferta de vários serviços médicos, estéticos, odontológicos, como orientação sobre saúde bucal, aferição da pressão, glicose, preventivos, cortes de cabelo, além de palestras com diversos temas.

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



Arte do CERRADO

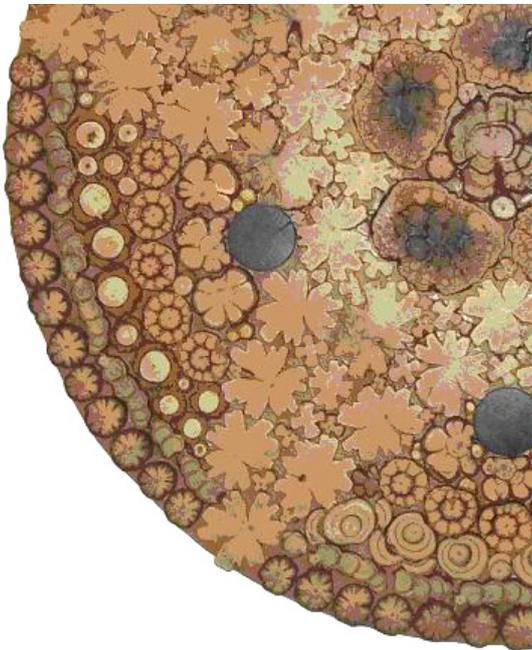
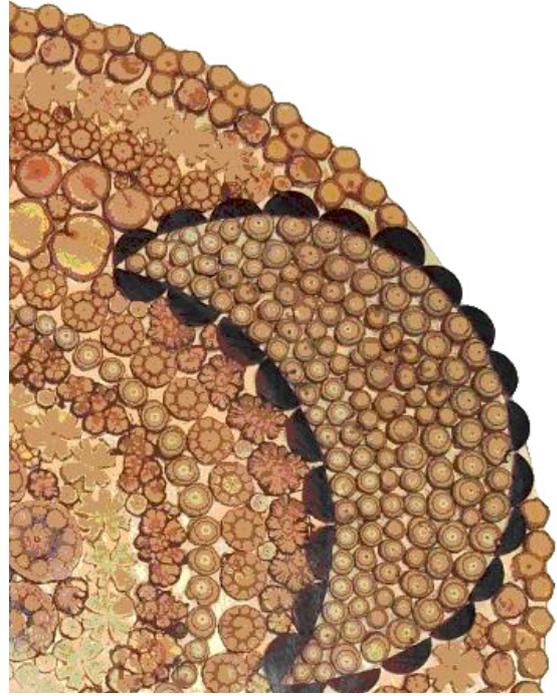
▼ RAISSA CAPIBARIBE

As mandalas, espelhos, relógios e caixas do artista plástico Genolino Malta deram um colorido especial ao hall do Espaço Cultural do TRF da 1ª Região, de 22 de agosto a 2 de setembro.

O artista utiliza a técnica de marchetaria para confeccionar seus trabalhos. Segundo Malta, o procedimento consiste em ornamentar superfícies com aplicação de materiais diversos, como madeira, metais e pedras.

Genolino iniciou a produção dos trabalhos como fonte de renda, mas com o tempo começou a ver na arte uma forma de lazer e entretenimento, desenvolvendo, assim, um *hobby*. O artista passou, então, a perceber que poderia, a cada dia, conhecer um pouco mais sobre o tipo de trabalho que realizava, e aprimorar cada vez mais suas técnicas. ■

Contato:
gemandalas@gmail.com e
(61) 9197-0772



ARQUIVO PESSOAL



Cada líder tem o subordinado que merece

Uma das premissas mais conhecidas no campo da psicologia é que toda ação gera uma reação. Também conhecido como efeito bumerangue, o dito popular “Aqui se faz, aqui se paga” também pode ser aplicado no mundo da gestão.

Pesquisas de clima organizacional demonstram que a liderança e, conseqüentemente, a comunicação são os dois principais fatores que afetam o nível de satisfação dos colaboradores em suas organizações, sejam elas públicas ou privadas.

Esse fato é corroborado pelos diversos estudos sobre liderança e gestão, que apontam para a importância da mudança de modelo mental convencional, para um novo modelo de liderança cuja base está na atitude e no relacionamento, e não na autoridade.

Como a gestão não pode ser entendida fora do contexto sociocultural e político, ainda temos uma herança forte de autoritarismo, centralização e paternalismo na cultura de nossas organizações, especialmente nas da administração pública direta. Neste sentido, já começamos a identificar uma série de iniciativas da administração pública de trazer as boas práticas de gestão das empresas de mercado para adequá-las à realidade da gestão pública. A Comissão Nacional de Justiça é uma delas. A definição de metas e um conjunto de mudanças estão sendo implementados, pois o próprio governo reconhece a urgência nas mudanças da gestão pública para atender as atuais demandas da sociedade brasileira.

Hoje, a liderança precisa ser transformadora, ou seja, líderes precisam transformar as pessoas, que transformarão os ambientes corporativos. Mas de onde vem esse poder de transformação?

Esse poder vem de dentro, do sentir-se capaz para realizar algo, da crença na própria capacidade de fazer acontecer e de ter recursos internos, de ter potencial a desenvolver e, principalmente, ser capaz de superar os próprios limites.

O verdadeiro líder tem esse poder e desperta esse mesmo “poder” nos outros.

Benjamim Zander, maestro da orquestra filarmônica de Boston e diretor de um dos mais conceituados conservatórios de música, em sua obra ‘Liderança: a arte da possibilidade’, afirma que o líder é aquele que desperta o “brilho nos olhos” do outro. Esse brilho é fundamental para obtermos o comprometimento das pessoas com os objetivos que perseguimos em nossas organizações.

Para atingir os objetivos estratégicos e as metas definidas pelo CNJ para os tribunais, será preciso que suas lideranças (desembargadores, juízes, secretários, diretores) obtenham o comprometimento dos servidores. Dessa forma, será fator crítico de sucesso repensar o conceito de liderança dentro do contexto dessa organização, que, pela sua natureza, sempre foi pautado na autoridade das posições.

No caso específico dos órgãos da Justiça, a responsabilidade é ainda maior, pois a qualidade dos serviços prestados ao cidadão afetará diretamente a credibilidade da instituição. Se a sociedade não puder confiar na Justiça, confiará em quem, ou em o quê?

Felizmente, sabemos que a liderança é uma competência que pode ser desenvolvida e que também passa por diferentes estágios, face às funções e desafios inerentes a cada uma dessas etapas. Para ser líder dos outros, é preciso primeiro ser líder de si mesmo. Pessoas que não conseguem fazer a gestão de sua vida pessoal, de sua carreira, de seu tempo, de seus recursos financeiros, de suas emoções, de seus relacionamentos, não terão as condições básicas para gerir o outro.

Quando se conquista, pela experiência e pelo aprendizado, tais condições, fica possível, influenciar o outro, porque as ações valem muito mais do que as palavras. Mais do que um discurso bem elaborado, a Liderança precisa ser exemplo, precisa ter coerência entre discurso e ação.

A habilidade na comunicação ajuda, de forma significativa, pois, através dela, o líder vai alinhar objetivos e expectativas; vai instruir processos de trabalho; vai convencer; gerir conflitos, enfim, quanto mais assertiva e eficaz a comunicação, mais fácil será o processo de gestão e mais garantia de sucesso o líder terá.

A premissa da liderança é a influência, e esta se dá com base na reciprocidade, na empatia, na capacidade de perceber as necessidades de seus liderados e criar as condições para atendê-las e assim estabelecer a relação “ganha-ganha” entre os servidores e a instituição.

O aprendizado que ocorre no exercício da maternidade ou paternidade nos mostra que não devemos tratar filhos com idades e características diferentes exatamente da mesma forma. Isso nos ajuda a perceber que, também no âmbito das organizações, tão injusto quanto tratar pessoas iguais de forma diferente, seria tratar pessoas diferentes de forma igual.

A necessidade de ter flexibilidade no estilo de gestão fica evidenciada no nosso dia a dia, quando percebemos que nossos liderados são diferentes. Por exemplo, quando estamos diante de liderados que ainda não estão devidamente preparados tecnicamente ou que não funcionam bem em equipe, ou, até mesmo, que não estão ainda comprometidos, precisamos ser mais DIRETIVOS. No entanto, ser mais diretivo não significa ser autoritário, ser grosseiro, prepotente, tirano, apenas quer dizer dar direção, definir objetivos e metas, dar informações detalhadas sobre os processos de trabalho, entender que o que pode estar óbvio para o líder e para quem domina o assunto, pode não estar para um principiante em qualquer atividade.

O efeito de não dar DIREÇÃO a quem precisa dela pode ser tão prejudicial quanto o efeito de dar direção demais a quem já não precisa, e criar um ambiente de dependência, falta de iniciativa, desmotivação, daqueles que já têm

suficiente maturidade profissional para caminhar com suas próprias pernas.

A empatia e flexibilidade são atributos importantes numa liderança, pois, sem conseguir entender as perspectivas, necessidades, expectativas de seus liderados e, a partir disso, adequar seu estilo às diferentes situações, o líder não conseguirá obter das pessoas o seu verdadeiro comprometimento.

Em pesquisa informal realizada com alunos a respeito de quem eles reconhecem como líderes e sobre as características dessas pessoas, sempre surgem características comportamentais, nunca técnicas, ainda que o conhecimento possa contribuir para gerar credibilidade. Acima de tudo, os líderes sempre são pessoas que se tornaram referência.

E, nesse aspecto, além da coerência de que já falamos antes, a assertividade é fundamental. Ninguém confia em alguém que não demonstra o que pensa, o que é. Líderes precisam assumir posições claras, tomar decisões coerentes para que sejam bem aceitas, pois nem sempre o são (de preferência deveriam ouvir, antes, as demais pessoas envolvidas); expressar suas ideias; definir rumos.

Vários estudos sobre a inteligência emocional, especialmente nas lideranças, apontam para os reflexos da atitude do líder no desempenho de sua equipe e na ambiência da organização. Por isso, quando for avaliar sua equipe, olhe-se no espelho, e avalie a si mesmo: como estou agindo com as pessoas para estar colhendo tais resultados? Se os resultados forem bons, siga o seu caminho! Se não forem, mude! Você não vai obter resultados diferentes, neste caso melhores, fazendo “as coisas” do mesmo jeito! ■

*Palestrante convidada pela Esmaf durante o curso de formação para os novos juizes federais aprovados no 13.º Concurso e consultora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas



Atol das Rocas Santuário Natural

ATOL DAS ROCAS É UM SANTUÁRIO NATURAL PARADISIACO LOCALIZADO ENTRE A ILHA DE FERNANDO DE NORONHA E O RIO GRANDE DO NORTE. COMO JÁ TIVE A OPORTUNIDADE DE IR ATÉ LÁ ALGUMAS VEZES, GOSTARIA DE COMPARTILHAR COM VOCÊS O QUE VI E SENTI NAS POUCAS HORAS EM QUE FOI POSSÍVEL CAMINHAR NO ATOL E MERGULHAR EM SUAS ÁGUAS.

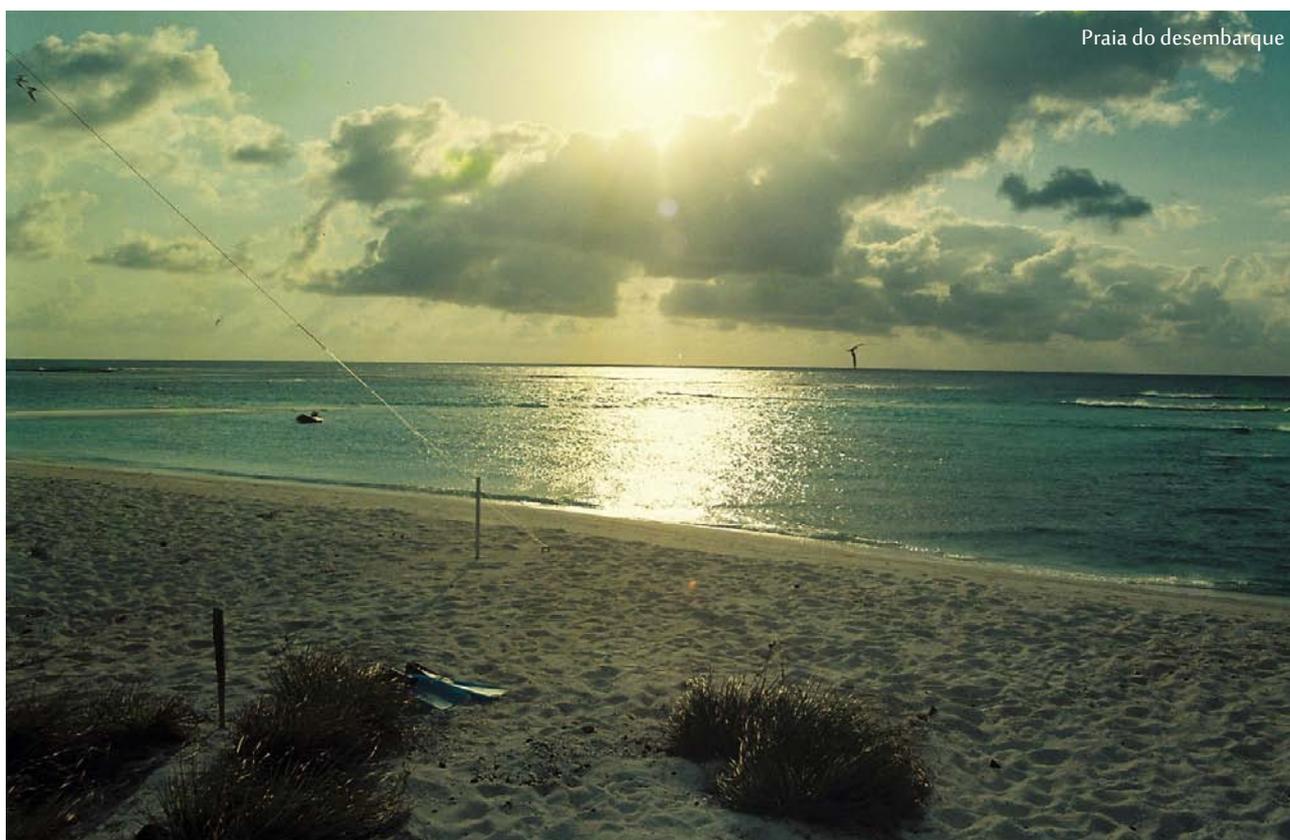
Estive por três vezes no Atol das Rocas. Em todas elas, após participar da regata anual de veleiros – Refeno – de Recife à ilha de Fernando de Noronha. O evento conta normalmente com apoio de dois navios da marinha brasileira, que oferecem mais segurança aos barcos participantes.

Ao término da regata, uma dessas embarcações se desloca até o Atol para reabastecer de víveres os pesquisadores e fiscais do Ibama que trabalham incansavelmente nos estudos sobre a flora e a fauna tão rica e diversificada daquela região, bem como na fiscalização da pesca proibida naquela área. A única construção existente além do farol é a base do Ibama: um pequeno abrigo de madeira, aberto, para os pesquisadores com seus equipamentos, mantimentos, e alguns pássaros mais espertos.

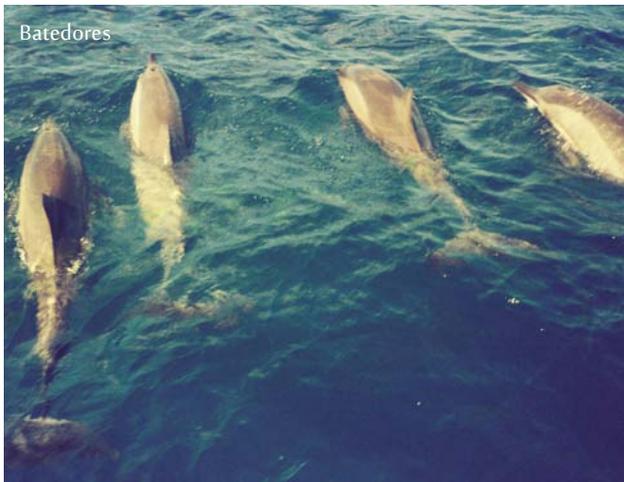
O desembarque no Atol só é possível mediante a permissão dos órgãos competentes para tal. No caso dos regateiros, não seria diferente. Por rádio nos comunicávamos com o navio da marinha e com os integrantes da base do Ibama no Atol, solicitando o desembarque e combinando como seria feito.

Permissão concedida, desembarcamos naquela que a meu ver é uma das mais lindas paisagens brasileiras, no mundo. A sensação foi fantasticamente bizarra.

O Atol é um lugar totalmente estranho, isolado, ermo, mas de uma beleza espetacular e que tem o silêncio quebrado pelo chiado ensurdecedor de milhares de aves que habitam aquelas terras para chocar seus ovos. A experiência é de arrepiar!



Praia do desembarque



Batedores



Aproximação do Atol

Observar as marés também é outra dádiva no Atol. Um espetáculo seguido do outro. Se a beleza ao nível do mar já impressiona, imagine alguns metros de baixo d'água... Foi naquele momento que entendi os motivos que levaram à transformação de Rocas em reserva nacional marinha.

Impressões inesquecíveis. Foi esse o saldo das poucas horas que eu e meus companheiros de regata trouxemos quando nos despedimos de Rocas e zarpamos no velho companheiro de muitas aventuras, o Avoante II, ainda com a luz do dia rumo ao Rio Grande do Norte. Saliento que por questões de segurança, optamos sempre por não permanecer no Atol durante a noite, pois não existe abrigo natural para o veleiro caso entre uma ventania muito forte. ■



Voo em detalhes



Avoante II, o meio de condução



Poleiro Natural



Refúgio para procriação



Ruínas do antigo farol



Exercitando a maternidade



SAIBA QUE...

- O Atol das Rocas é uma bancada de corais isolada no meio do Oceano Atlântico; não é uma ilha comum. Ele é resultado do crescimento de recifes ao redor do cume de uma montanha submarina de origem vulcânica cuja base se perde nas profundezas do Atlântico; localizada em mar territorial brasileiro (a aproximadamente 267 quilômetros da cidade de Natal/RN e 148 quilômetros do arquipélago de Fernando de Noronha /PE).

- Rocas é o único Atol do Atlântico Sul e tem importância ecológica fundamental por sua alta produtividade biológica e por ser uma importante zona de abrigo, alimentação e reprodução de diversas espécies animais. Daí ter se transformado, em 1979, na primeira reserva biológica da marinha do Brasil.

- A área da ReBio (reserva biológica) do Atol das Rocas compreende 360 quilômetros quadrados, incluindo o atol e as águas que o circundam. Na maré alta, as ilhas do Farol e do Cemitério são os únicos lugares secos. Já na maré baixa surgem na área interior do atol várias piscinas naturais, de tamanhos e profundidades variadas que funcionam como berçários para diversas espécies marinhas;

- De um modo geral, o sedimento que forma a ilha é predominantemente constituído de restos de esqueleto de algas coralinas, fragmentos de conchas e moluscos, ossos de aves e peixes, e excreções das aves;

- Rocas detém a maior colônia de aves marinhas tropicais do Brasil: são pelo menos 150 mil aves de 29 espécies diferentes.

Plasticidade



*Euvaldo Pinho é assessor especial da presidência do TRF da 1.ª Região.

Fotos e legendas do autor



COM

Competitividade gera motivação ou insatisfação?

Competir no esporte é divertido, gera crescimento, superação e motivação. A competitividade também está em contextos empresariais, onde uma organização se esforça para aumentar sua participação no mercado, e também, muitas vezes, até internamente nas organizações, onde um empregado compete com colegas por clientes, por melhores comissões ou por benefícios especiais e premiações. Em alguns casos, até a cultura organizacional promove esta competição.

Surpreendente é quando a competição está também entre servidores públicos. Nesses casos, normalmente a resultante não é motivação. Emergem outros sentimentos que pouco ajudam no desempenho e no clima organizacional, e a este tema dedicaremos a reflexão deste artigo.

Para ser aprovado no processo seletivo do serviço público, enfrenta-se uma fase muito competitiva – o concurso. Engana-se aquele que pensa que os problemas profissionais foram resolvidos, pensando apenas na condição de estabilidade relativa e segurança. Eu diria que os problemas mudaram apenas.

Uma vez servidor, é preciso que faça por merecer o salário, é necessário aprender uma série de temas que antes eram teoria, e passam a compor a prática. É preciso conquistar a confiança e desenvolver novas relações. Buscar cargos ou funções que trarão melhoria nos vencimentos mensais. Pode-se até afirmar que o sistema é pautado numa percepção meritocrática e nas relações produtivas.

Porém, o mérito apresenta-se como relativo em muitos casos. Depende das expectativas e objetivos da instituição

e dos indivíduos nela inseridos. Cada instituição é diferente, tem uma cultura e, por sua vez, cada unidade ou departamento tem sua subcultura, que influenciam as relações de forma determinante.

Certamente você, caro leitor, está imerso em uma cultura que tem características tão determinantes que você pode até pensar que não existe nada diferente disso, mas existe! Algumas áreas funcionam de forma mais competitiva, e outras, de forma mais colaborativa, formando uma infinidade de possibilidades de relações corporativas.

Na cultura competitiva, as pessoas e as relações vêm estereotipadas, superficiais e acabam sendo pouco construtivas se consideramos o grupo como um todo. O sentimento de pertencimento é suplantado pelo desejo de vencer, de ser melhor que o outro, de ser reconhecido individualmente, de alcançar alguma vantagem pessoal ou alguma facilidade diferenciada – uma comissão ou uma função comissionada talvez. Pessoas competitivas no ambiente organizacional buscam informações para si e não compartilham com o grupo e “garimpam” vantagem ou benefícios individualizados.

Esse comportamento dificilmente levará a bons resultados de grupo, pois é pautado pela visão de escassez. A competitividade interna, que poderia até ser entendida como estimulante, acaba levando à discórdia, falta de alinhamento gerencial, individualização dos resultados, e a estabelecer maus relacionamentos dentro do grupo. Surgem falas como: “já que não tem função para todos, eu quero para mim”, “Eu já fiz a minha parte!”, “Eu trabalho mais e melhor que

comportamento comportamento comportamento portamento

os colegas” ou, até, “eu sou mais inteligente!”.

Você já viu algum lugar assim? Normalmente é difícil trabalhar em locais com climas competitivos. As pessoas adoecem, entram em licença médica e torna-se pesado trabalhar, pois o clima é hostil, com discórdias, ironias ou apatia de alguns. Podemos resumir o resultado em uma expressão – sofrimento organizacional.

Mas trabalhar no serviço público pode ser bem diferente disso e também muito prazeroso, depende de como as pessoas se relacionam e se comprometem. É natural gostar de reconhecimento pelo bom trabalho realizado. Todos nós queremos ser valorizados e sentir que fazemos diferença. É igualmente importante que as pessoas se dediquem para alcançar resultados desejados pelas organizações. Por isso a gestão faz uma grande diferença para se conseguir um grupo alinhado, com comunicação aberta, foco no trabalho que deve ser executado, com metas claras.

O gestor pode alinhar o grupo com reuniões rápidas, frequentes e produtivas, pois assim ajudará a criar o sentimento de pertencimento, de saber o que anda acontecendo e de haver reconhecimento para todos. O gestor deve valorizar o esforço do grupo e também os resultados alcançados. Caso alguém se destaque de alguma maneira, o chefe deve abordar isso, elogiar esse colega, mas de forma que não fomente a competição, e sim o orgulho de se ter esse colega tão comprometido com o grupo e com os resultados, criando o clima de amizade, valor e pertencimento.

Em caso de se buscar um colega para ocupar uma fun-

ção (aquela que é desejada por muitos por significar um valor a mais nos vencimentos mensais), que essa busca seja baseada em mérito, nos resultados e na habilidade de estabelecer relações produtivas com o grupo. Dar uma FC para alguém que não está comprometido com o grupo significa dar espaço para revoltas, apatias, descasos, falta de comprometimento com o trabalho. Mesmo que existam muitos interessados na FC, se aquele que a recebe é um colega bom, comprometido e se relaciona bem com o grupo, certamente o clima dentro da equipe será de mérito, o que é muito valioso. Enquanto que, ao contrário, se a função for ocupada por alguém que não é valorizado pelo grupo, pensa-se subitamente em protecionismo, bajulação e na não valorização do trabalho bem feito, e isso leva à desagregação da equipe.

Competir, então, motiva ou gera insatisfação? A resposta é: d e p e n d e! Eu prefiro acreditar que a melhor competição é aquela que nos leva a produzir mais, pois nós, seres humanos, somos realizadores e nos orgulhamos disso. Nós gostamos de estar em grupos, principalmente se nosso grupo de trabalho é generoso, animado e produtivo, pois teremos sempre clima de vitórias no dia a dia, competindo contra a demanda crescente de serviços, buscando celebridade, e ao lado de nossa equipe de trabalho. Em grupos assim é muito bom trabalhar. ■

*Professora da Escola Nacional de Administração Pública e consultora organizacional

BENCHMARKING: PARA QUÊ REINVENTAR A RODA?

▼ POR MÁRCIA MAZO (DIBIB) E MÁRCIO ALBUQUERQUE (SECOR)

Parece haver um consenso cada vez maior de que a maneira mais rápida, eficaz e poderosa de se conseguir administrar os recursos do conhecimento é por meio do compartilhamento sistemático das boas práticas, que são aquelas ações que produziram bons resultados em uma situação, e podem ser adaptadas para outra, contribuindo para a instituição reduzir tempo em algum processo, incorporar conhecimento, transformar o aprendizado individual em organizacional e, conseqüentemente, cortar custos.

Ao longo das últimas décadas, o mundo, cada vez mais globalizado, vem apresentando desafios ainda maiores para as organizações. O aumento na complexidade dos problemas exige um nível maior de especialização, cooperação e conhecimento por parte dos seus membros e colaboradores.

As indústrias americanas se beneficiaram, ao imitarem e aproveitarem o conhecimento britânico de tecnologia em metalurgia e máquinas a vapor em 1880. Os engenheiros americanos visitaram as fábricas britânicas, copiaram, e fizeram mudanças nessas máquinas para adaptá-las aos diferentes preços de combustíveis e às características dos rios norte-americanos, ou seja, copiaram as boas práticas (BOLTON citado por DREW, 1997).

A essa prática deu-se o nome de *Benchmarking*. Esta é, portanto, uma das mais antigas ferramentas de gestão e que consiste em um processo de pesquisa contínuo e sistemático, para avaliar produtos, serviços e métodos de trabalho de outras empresas objetivando a melhora do desempenho organizacional.

As instituições não possuem mais fronteiras geográficas, atuam no mercado de forma global e com equipes de trabalho cada vez mais distribuídas.

Diante de tantas críticas direcionadas ao Poder Judiciário, tais como: deficiências dos serviços, morosidade do trâmite processual, falta de estrutura, inobservân-

cia do fluxo dos processos e extrema burocratização das rotinas dos serviços, entre outras, o *benchmarking* seria importante ferramenta para o desenvolvimento e aprimoramento da gestão judicial.

O TRF/ 1.ª Região enfrenta um novo desafio, o de orientar suas ações estratégicas de forma a ampliar o conhecimento organizacional. O magistrado e o servidor público devem estar dispostos a participar de novas oportunidades de aprendizado e a compartilhar seus conhecimentos. Não se pode mais "reinventar a roda": a solução encontrada para um problema em um Estado pode ser a solução para outro. Nesse contexto o conhecimento é hoje um recurso com significado.

As organizações devem aprender com suas experiências, devem registrar as boas práticas e compartilhar esse conhecimento internamente. O conhecimento essencial deve ser institucionalizado e, com isso, tornar-se propriedade comum, evitando que fique restrito a algumas pessoas-chave e que se perca quando elas deixarem a organização. Essa transmissão de conhecimento e compartilhamento de boas práticas pode ajudar a empresa a reduzir tempo em algum processo, incorporar conhecimento e funcionalidades corretos no produto ou serviço, conseqüentemente cortar custos e otimizar serviços.

Boas práticas são uma ferramenta de gestão e podem ser traduzidas como sendo o conhecimento que pode ser facilmente acessado, registrado objetivamente, em um banco de dados, por exemplo, evitando duplicação de esforços, facilitando a transmissão do conhecimento e compartilhamento das boas práticas.

A sociedade moderna é composta por organizações, as quais surgem da necessidade primária de cooperação. Por meio da interação e cooperação com as organizações, as pessoas conseguem se superar e atingir os objetivos comuns. Sendo assim, o capital humano é o nascedouro



de toda a riqueza organizacional, a fonte de inovação e renovação.

Um aspecto desse esforço é achar um caminho efetivo que assegure aos servidores de diferentes áreas saberem que tipo de conhecimento existe, onde ele existe, e quais as possibilidades de esse conhecimento ser transferido. Conhecimento disperso causa incerteza, falta de transparência, é causador de problemas organizacionais, como, por exemplo, deixam a organização sem saber o que ela sabe. Também, o conhecimento muitas vezes é pobremente organizado e catalogado e, frequentemente, inacessível.

O estudo da transferência de boas práticas tem sido um tópico na pesquisa nos últimos anos (PROCHNO, 2004). Isso ocorreu em função de fenômenos como o aumento da importância das redes organizacionais, a expansão geográfica das organizações, e o uso disseminado do *benchmarking* como uma fonte de melhoria do desempenho.

As boas práticas são uma evolução do *benchmarking*; elas são o *benchmarking* interno – o processo de identificar, compartilhar e usar o conhecimento e práticas dentro da sua própria organização.

As pessoas compartilham se souberem que o seu conhecimento será realmente útil, e se estabelecerem uma relação de confiança com seus gerentes e colegas. O comprometimento da organização e o ambiente de comunicação são fundamentais para que o compartilhamento aconteça. Compartilhar o conhecimento permite aos gerentes fazer com que o aprendizado individual flua por toda a empresa

integrando-o em aplicações práticas.

Sendo assim, a organização deve facilitar o compartilhamento, desenvolvendo políticas interativas, criando comunidades de prática, promovendo *workshops* para identificar o conhecimento disperso e armazenar as boas práticas. Esses encontros face a face tendem a facilitar o compartilhamento, pois as pessoas identificam interesses comuns, estabelecem confiança e respeito mútuo, e essa aceitação pelo grupo é a ponte para o aprendizado individual e, conseqüentemente, para o organizacional.

No ambiente organizacional externo, há exemplos de iniciativas de *benchmarking* e boas práticas acessíveis e disponíveis à sociedade, tais como o Prêmio Innovare (<http://www.premioinnovare.com.br/premiacoes/>), no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (<http://portaltj.tjrj.jus.br/web/informativo/informativos-pjerj/-/informativos/visualizar/31006>), no Conselho da Justiça Federal – Jusqualitas (http://columbo2.cjf.jus.br/jusqualitas/index.do?sessio_nid=AB237B7CC50F1C5E4C0551BD4BD2A4CC), e no Conselho Nacional de Justiça – Banco de boas práticas (<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/15225:banco-de-boas-praticas-do-cnj-ficara-mais-acessivel-aos-tribunais/>).

Internamente, o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região vem implementando o *benchmarking* como ferramenta de pesquisa, gestão, análise e parâmetro para o desenvolvimento, por exemplo, do Sistema de Informações Gerenciais e de Custos (Sigcustos), com repercussão positiva no andamento do projeto.

As boas práticas e o *benchmarking* instrumentalizam os conceitos de aprendizagem organizacional e memória organizacional. A aprendizagem organizacional consiste na capacidade de uma organização manter e melhorar seu desempenho com base na sua própria experiência. E a memória organizacional precisa ser construída, mantida e organizada, pois ela é um instrumento de retenção do conhecimento da organização (MIRANDA; MORESI, 2010) ■

DREW, S. A. W. From knowledge to action: the impact of benchmarking on organizational performance. *Long Range Planning*, v.30, n.3, 1997, p. 427-441.

MIRANDA, Marcia Mazo Santos; MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. A gestão do conhecimento no compartilhamento de melhores práticas em uma base de dados.... *Journal of Information Systems and Technology Management*, v.7, n.2, 2010, p.409-432.

PROCHNO, P. Transferindo práticas: construindo conhecimento arquitetural localmente. *Revista de Administração de Empresas*, v.44, n.1, jan./mar. 2004, p. 70-81.



O alívio para a enxaqueca

APLICAÇÕES DE BOTOX PODEM SER UMA ALTERNATIVA PARA O TRATAMENTO DE QUEM SOFRE DESSE MAL

PAULA ODA

No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) reconhece o uso da toxina botulínica (Botox) no auxílio e tratamento do estrabismo, que é a falta de paralelismo nos olhos; blefaroespasmos essenciais e espasmo hemifacial, que são contrações espontâneas da face; distonias cervicais, quando os músculos do pescoço se contraem involuntariamente, causando movimentos e postura anormal da cabeça e do pescoço; espasticidade, aumento do tônus muscular; hiper-hidrose palmar e das axilas, que é o excesso de suor; e parasuavização de linhas faciais hiper-cinéticas (rugas de expressão).

Em abril de 2011, a Anvisa regulamentou o uso do Botox para mais um fim: o tratamento da enxaqueca crônica. Apesar da recente inclusão, médicos brasileiros já utilizam o Botox para isso há cerca de três anos. Um exemplo são os neurocirurgiões e doutores em neurologia Marcelo Silva Soares, do Hospital Santa Cruz, e José Maria de Campos Filho, do Hospital Santa Catarina – ambos os hospitais localizados na cidade de São Paulo.

Os primeiros estudos registrados com o uso de toxina botulínica para o tratamento da enxaqueca crônica ocorreram nos Estados Unidos em 2000, na clínica de cefaleia da Thomas Jefferson University, localizada na Filadélfia. Desde então, outras instituições também aprimoraram o

método, entre elas a Universidade Federal da Bahia, pioneira no Brasil.

O procedimento é simples e se resume na injeção de pequena quantidade do medicamento Botox na musculatura do couro cabeludo e da região cervical, posterior ao pescoço. A toxina causa a paralisação temporária desses músculos por cerca de quatro meses, tempo médio de efeito da substância. “As aplicações de Botox são feitas na musculatura porque o processo de contração dessas regiões libera fatores inflamatórios, os quais iniciam ou perpetuam o quadro de dor”, explicam os médicos Marcelo Soares e José Filho, em entrevista à Primeira Região em Revista.

O efeito paralisante do Botox, porém, serve unicamente para aliviar a dor e não para curar a enxaqueca crônica, razão pela qual deve ser reaplicado após o tempo de reação do medicamento. A repetição do procedimento não causa prejuízos à saúde, segundo os especialistas: “O Botox tem efeito temporário e por isso não ficam resquícios na musculatura, podendo assim o tratamento ser feito inúmeras vezes”, garantem eles.

De acordo com Marcelo Soares e José Filho, o método ainda não é feito em muitos hospitais e clínicas, mas já recebe uma grande procura de quem sofre com o problema. Em média, 10 pacientes realizam o procedimento por semana

no hospital Santa Cruz e, de acordo com os médicos, alguns convênios cobrem o procedimento.

Apesar de não ter tido a cobertura do plano de saúde para o tratamento, a jornalista da Câmara dos Deputados, G.C.S, revela a quem duvida da eficácia do método que seu tratamento surtiu efeito, e as dores não existem mais. Ela sofreu com os incômodos da enxaqueca crônica por seis anos, trocou os medicamentos por diversas vezes e, depois de um tempo, as dores ressurgiam acompanhadas de fotofobia (aversão à luz). “As crises atrapalhavam a minha vida. Tinha a necessidade de faltar frequentemente ao trabalho e, muitas vezes quando eu ia, o rendimento era ruim”, recorda.

Há dois meses, a jornalista, fez as aplicações de bo-

tox e, por enquanto, só tem opiniões positivas sobre o procedimento, que não precisou de internação e levou menos de uma hora, segundo ela. “Hoje a qualidade da minha vida está infinitamente melhor; não me preocupo em tomar uma série de remédios e não fico mais paranoica achando que qualquer mal-estar irá causar uma crise de enxaqueca.”

Apesar do sucesso do tratamento buscado pela jornalista para a enxaqueca, nem todos podem passar pelo mesmo procedimento. “Ele é contraindicado nos casos de hipersensibilidade aos componentes da fórmula, processos infecciosos no local da aplicação e doenças neuromusculares, como a miastenia grave, que causa fraqueza e fadiga anormais”, alertam os especialistas.

Vale a Pena

- A personagem G.C.S. gastava por mês, em média, com medicamentos para enxaqueca, cerca de 280 reais;
- O valor médio das aplicações do Botox é de 1.500 reais.

TOXINA CONTRA A DOR

Tratamento é indicado para pacientes com enxaqueca crônica

COMO É O TRATAMENTO

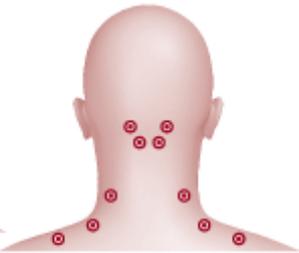
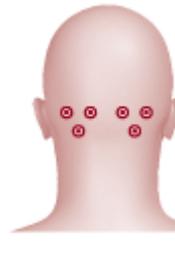
O médico aplica o botox (toxina botulínica) em 31 a 39 pontos da cabeça e do pescoço do paciente. O procedimento é feito em ambulatório e não há necessidade de internação



Pontos frontais



Pontos laterais



Pontos traseiros

A AÇÃO DO BOTOX

O mecanismo de ação não é totalmente conhecido. Uma das hipóteses é que o botox iniba a liberação de substâncias que causam a inflamação dos vasos

O relaxamento dos músculos causado pela toxina pode diminuir os estímulos que provocam a dor. Há evidências de que a substância altera a percepção da dor, embora não se saiba como isso ocorre

Resultados
Redução da frequência e da intensidade das crises, mas sem a cura completa do paciente

Efeitos colaterais
Pode provocar dor no pescoço, fraqueza muscular, dor de cabeça e desalinhamento temporário das pálpebras

Duração
Os efeitos duram de três a seis meses. Após esse período, é preciso repetir o procedimento

Custo
Um frasco de botox custa de R\$ 1.500 a R\$ 1.700. O preço do tratamento inclui ainda gastos médicos

ENTENDA A DOENÇA



O que é enxaqueca?

É uma doença que provoca dores de cabeça de intensidade moderada a forte



Quais são os sintomas?

A dor é latejante e atinge um dos lados da cabeça. Pode ser acompanhada de náusea, vômito e intolerância à luz



O que causa o problema?

Um desequilíbrio bioquímico de origem hereditária. Nas pessoas predispostas, as crises podem ser desencadeadas por outros fatores



Como é o tratamento hoje?

Com analgésicos comuns e medicamentos específicos para enxaqueca, além de anti-inflamatórios

Enxaqueca – Segundo o doutor Marcelo Soares, a causa da enxaqueca ainda é desconhecida. “Sabemos que fatores genéticos e hormonais influenciam no desenvolvimento da doença crônica”, afirma o médico. Apesar de não saber as origens, ele afirma que 15% da população brasileira sofre desse mal, sendo que a maior parte dessa percentagem são mulheres.

Para a Sociedade Brasileira de Cefaleias, a enxaqueca é uma forma de cefaleia, nome técnico para dor de cabeça. Para se ter uma ideia, a Sociedade Internacional de Cefaleia reconhece mais de 150 modalidades de dor de cabeça. Entre os médicos especialistas, alguns preferem chamar a enxaqueca de migrânea.

Independente de nomes, os sintomas mais comuns da enxaqueca são: maior intensidade da dor – duração de quatro a 72 horas, podendo ser de um ou dos dois lados da cabeça, pulsante – náuseas, vômitos, aversão ao som (fonofobia) e à luz (fotofobia).

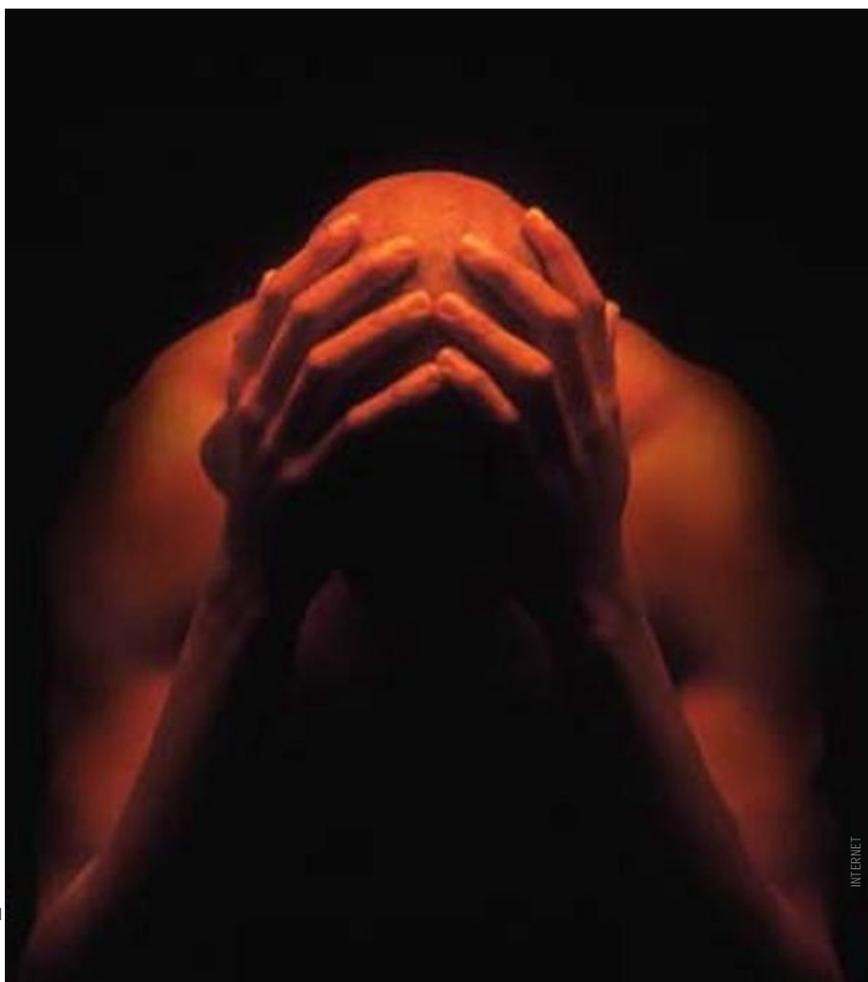
Eles podem ser desencadeados por inúmeros fatores, como estresse físico e emocional, determinados alimentos, entre eles queijos e embutidos, bebidas alcoólicas, privação ou excesso de sono e alterações hormonais súbitas, como na menstruação, explicam os doutores: “Apesar dos sinto-

mas serem parecidos na maioria dos casos, eles variam de pessoa para pessoa e devem ser analisados por um especialista. Além disso, os pacientes não devem se automedicar ou tomar doses maiores de remédios para tentar sanar a dor, o que pode causar problemas mais sérios”, alertam.

O diagnóstico da enxaqueca é clínico. Porém, eventualmente, pode ser necessária a realização de exames complementares, como ressonância magnética e eletroencefalograma.

Para os casos mais leves, as orientações dos médicos são apenas remédios para controlar a dor, mas quando a frequência ultrapassar o mínimo de 14 dias em um prazo de três meses, o caso já é considerado crônico, e o tratamento deve ser acompanhado por um médico, e com mais atenção. “A enxaqueca crônica é incapacitante e deve ser tratada”, recomendam Marcelo Soares e José Filho.

Nos casos mais graves, o tratamento comum consiste no uso contínuo de medicamentos, como antidepressivos, antiepilépticos, hipotensores, além de anti-inflamatórios e opioides nos momentos de dor. “A prática regular da atividade física, como a ioga e o pilates, é uma aliada no tratamento, pois melhora não só fatores físicos”, recomendam os especialistas. ■





POR QUE OS TRAUMAS SÃO TÃO MEMORÁVEIS?



STOCKXCHING

As lembranças de eventos extremamente estressantes, como os enfrentados por militares em guerra ou por vítimas de estupro, podem durar uma vida inteira. Cientistas da Universidade de Bristol conseguiram descobrir os mecanismos do cérebro que fazem com que a memória desses traumas seja tão nítida e duradoura, abrindo caminho para o desenvolvimento de drogas contra a condição conhecida como síndrome do estresse pós-traumático. Os pesquisadores revelaram que hormônios secretados em situações estressantes estimulam diretamente processos bioquímicos nos neurônios do hipocampo, região do cérebro ligada ao aprendizado e à memória, aumentando sua capacidade de guardar as lembranças.

O Globo
8/agosto/2011

PRIMEIRO-MINISTRO BRITÂNICO QUER IMPEDIR USO DE REDES SOCIAIS POR GANGUES

Uma onda de saques, vandalismo e conflitos de jovens contra policiais, que começou no dia 12 de agosto, em Londres, espalhou-se por toda a cidade, provocando uma onda de incêndios de lojas, carros e casas. Houve confrontos com a polícia e saques fora de Londres. Ao menos 215 pessoas foram presas.

O primeiro-ministro britânico, David Cameron, disse que o governo vai conversar com o Facebook e o Twitter para estudar uma forma de impedir que eles sejam usados por aqueles que incentivam ondas de violência. Mensagens indicavam os lugares onde deveriam se encontrar e atacar. Foram três noites de saques e vandalismo.

Folha de S. Paulo
11/agosto/2011

DESENVOLVIDA TELA DE LCD QUE TORNA CELULARES AUTOCARREGÁVEIS

Pesquisadores da Universidade da Califórnia desenvolveram telas de cristal líquido para celulares que são capazes de converter a luz solar ou a luz de um ambiente em energia e passá-la para o aparelho. No futuro, quando formos à praia, poderemos recarregar nossos telefones com a luz do sol.

Folha.com/tecnologia
17/agosto/2011

O RECADO DOS CANDANGOS

Tentando conter um vazamento na Câmara dos Deputados, técnicos acharam mensagens escritas no concreto, há 52 anos, pelos operários, durante a construção de Brasília. As frases foram escritas em 1959, a lápis, nas vigas de concreto que sustentam a cúpula da Câmara. Uma das frases, datada em 22 de abril de 1959, pede compaixão aos futuros ocupantes do Congresso: "Que os homens de amanhã que aqui vierem tenham compaixão dos nossos filhos e que a lei se cumpra".

As frases foram descobertas quando funcionários da manutenção tentavam identificar a origem de um vazamento de água que estragava o teto do Salão Verde.

O Globo
12/agosto/ 2011

HÁ AO MENOS 87 JUÍZES AMEAÇADOS DE MORTE, DIZ CORREGEDORA DE JUSTIÇA.

A corregedora nacional de justiça, Eliana Calmon, informou, dia 12 de agosto, que há pelo menos 87 juízes ameaçados no País. Há cerca de três meses, a corregedora pediu aos tribunais de todo o Brasil que informassem quantos juízes estavam sendo ameaçados e se eles vinham recebendo proteção. O número, no entanto, deve ser maior, porque tribunais como os de São Paulo e Minas Gerais ainda não encaminharam a informação à corregedora.

www.ultimosegundo/ig.com.br
22/agosto/2011



STOCKXCHING





Naturalidade deslocada

Fernando de Noronha é considerado pelos turistas de todo o mundo o melhor ponto turístico do Brasil, verdadeiro paraíso natural e ecológico, cheio de praias paradisíacas e com uma maravilhosa flora e fauna, tanto terrestre como aquática.

Difícilmente quem conhece a ilha não tem a vontade de ter nascido, crescido e de viver no arquipélago. O número de habitantes não é só formado por ilhéus, mas também por pessoas que estão na ilha a trabalho. Quem nasce na ilha, mesmo sendo filho de não nativos, tem direito vitalício de permanência em Fernando de Noronha. Para um forasteiro, ter cartão verde permanente tem que ter residência no arquipélago durante o prazo de dez anos.

O Conselho Distrital do Arquipélago, que representa os moradores, impôs medida relacionada com a naturalidade. Nativas, residentes temporárias e turistas estrangeiras estão impedidas de dar à luz na ilha.

Para a Administração Geral da ilha, a iniciativa se justifica exclusivamente pelo melhor atendimento às parturientes e recém-nascidos (saúde da mãe e do bebê). Na verdade, esse é um dos fundamentos, mas existem outros de interesse público, tais como: preservação do meio ambiente, já que 70 por cento do seu território compõem o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha; evitar a explosão populacional da ilha, que tem cerca de 3.500 habitantes, dos quais 2.605 são nativos, inclusive trabalhadores temporários, e 900 turistas, em média, que visitam por dia o arquipélago; dificuldade de abastecimento, saneamento básico e energia; legitimidade para deliberar sobre assuntos de interesse local, conforme o art. 30, inciso I, da Constituição Federal; decisão pública por meio da democracia deliberativa do Conselho Distrital, pois o Conselho não pode legislar.

As grávidas do arquipélago, mesmo reclamando, acabam-se deslocando para a capital do Estado de Pernambuco para dar à luz. No ano de 2009, foram registradas 29 crianças no cartório, todas nascidas na cidade do Recife.

Outras grávidas, em minoria, não incorporam a pressão psicológica e recusam ser enviadas para o continente (naturalidade deslocada). Ao contrário da nacionalidade, que é um vínculo jurídico que liga uma pessoa a uma realidade política chamada Estado, a naturalidade é um vínculo meramente material e geográfico.

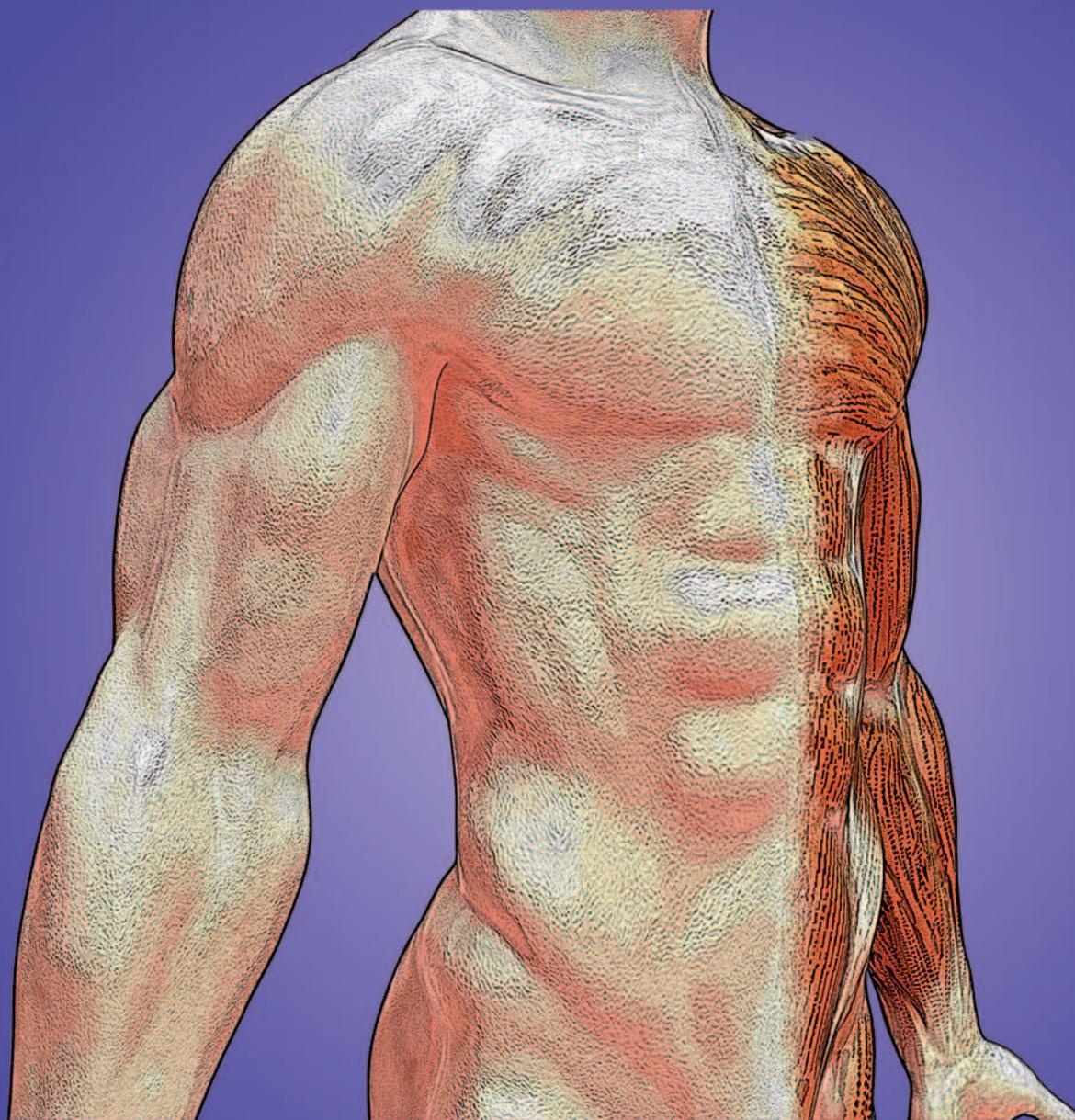
As futuras mães são obrigadas a deixar família e residência aos sete meses de gestação. A única providência do Estado de Pernambuco é pagar uma passagem aérea para o continente e fornecer uma ficha de encaminhamento a um hospital público. Todas as grávidas alegam que não têm parentes e condição financeira para custear um hotel, e, ainda, reclamam falta de assistência psicossocial na proximidade do parto.

Como argumentos desfavoráveis à imposição do Conselho Distrital, é possível elencar os seguintes: o direito de ir, vir e ficar (permanecer) em qualquer lugar do território nacional em tempo de paz, garantido pelo Habeas Corpus; o direito ao convívio familiar; a antecipação da licença-maternidade em dois meses, para as que trabalham, sendo que, no retorno, restam poucos dias para cuidar do bebê; o direito social de proteção à maternidade e à infância; o capitalismo verde, uma vez que na ilha foi implantado sistema de hotelaria cujos donos não são nativos; a tendência de aumento de turistas e diminuição de nativos.

O espírito da justiça apoia-se nos direitos fundamentais da pessoa humana, apontando que a razoabilidade é a medida preferível para mensurar o acerto ou desacerto de uma solução jurídica. A Promotoria de Justiça de Fernando de Noronha instaurou um procedimento investigatório preliminar com o objetivo de elaborar um termo de ajustamento de conduta para o governo do Estado com relação às gestantes. ■

* José Veríssimo é técnico judiciário da Subseção Judiciária de Pouso Alegre e mestre em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).

Eleve sua consciência corporal
e realize os Exames Periódicos.



Divisão de Saúde Ocupacional (Disao)
disao@trf1.jus.br

Tribunal Regional Federal da 1.^a Região 



Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70095-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br